

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

91F = 9,3
DM

O LEVANTE VERMELHO:
OS COMUNISTAS E A INSURREIÇÃO DE 1935
NO RIO GRANDE DO NORTE

Gustavo Henrique Marques Bezerra



NATAL / 1999

17

GUSTAVO HENRIQUE MARQUES BEZERRA



***O LEVANTE VERMELHO:
OS COMUNISTAS E A INSURREIÇÃO DE 1935
NO RIO GRANDE DO NORTE***

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, do Curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Professora Denise Matos Monteiro e a orientação temática do Professor Homero de Oliveira Costa. ?

NATAL - 1999

Agradecimentos

Aos meus pais, pela educação que me proporcionaram.

Ao Professor Homero Costa, pela valiosa ajuda prestada na orientação temática deste trabalho.

À Professora Denise Matos Monteiro, pela orientação disciplinar.

À Professora Aurinete Medeiros, pela ajuda metodológica.

E

a todos os que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

*Aos que ousam lutar. E deixam sua marca na
história da humanidade.*

"E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e dos seus interesses reais, o conceito que fazem de si do que são na realidade".

(Karl Marx, O 18 Brumário de Luís Bonaparte.)

"Aquele que conta ao povo falsas lendas revolucionárias, que o diverte com histórias sedutoras, é tão criminoso quanto o geógrafo que traça mapas mentirosos para os navegadores"

(Prosper-Olivier Lissagaray, História da Comuna de 1871.)

SUMÁRIO

ABSTRACT	07
INTRODUÇÃO	08
I – A INTERNACIONAL COMUNISTA E O PCB ENTRE 1928 E 1935	
1.1. O VI Congresso da IC e seus reflexos no PCB	12
1.2. O PCB: Do BOC à Política Obreirista	15
1.3. O VII Congresso da IC e a Política de Frentes Populares	19
II – O QUADRO POLÍTICO DO RIO GRANDE DO NORTE	
2.1. As Forças Políticas: PP, PSN, PSD, AIB, ANL	26
2.2. A Classe Trabalhadora e o Partido Comunista no Rio Grande do Norte	36
III – A REBELIÃO COMUNISTA DE 1935	
3.1. O Levante do 21º BC em Natal	43
3.2. O “Comitê Popular Revolucionário” de Natal	48
IV – A REPRESSÃO	52
CONCLUSÕES	54
ANEXOS	59
FONTES	69
BIBLIOGRAFIA	70

ABSTRACT

This work intends to investigate the influence of the Communists in the Rebellion of November 1935 in Natal, Rio Grande do Norte, Brazil, by linking the activity of the local Communist group to the political evolution of the Brazilian Communist Party (PCB) as well as to the Communist International Organization (Comintern), from 1928 until 1935, that is, from the 6th to the 7th Congress of the Comintern. In this period, a transition took place within the Comintern, with the sectarian, ultra-left policy of the "Third Period" being replaced by the more temperate political line of "People's Front", this change reflecting in the Communist Parties all over the world, including in Brazil. In a critic view, we intend to evaluate the armed rising in Natal in its connection with the national and international context, once that we can not understand this fact separately from it. Thus, this work belongs entirely in the field of the Political History.

0

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade avaliar a participação dos comunistas na Insurreição de novembro de 1935 no Rio Grande do Norte, sob o prisma de sua relação com a evolução político-ideológica do Partido Comunista do Brasil (PCB)¹ e da Internacional Comunista (IC)², de 1928 a 1935, ou seja, entre os VI e VII Congressos da IC, quando se deu a transição da política ultra-esquerdista do "Terceiro Período" para a linha de "Frentes Populares".

Trata-se de investigar o levante armado em Natal em sua relação com a trajetória e as vicissitudes do PCB e da IC, sob uma perspectiva crítica, uma vez que o movimento de novembro de 1935 só pode ser avaliado corretamente se vinculado ao contexto nacional e internacional do período. Nesse sentido, o trabalho se inscreve totalmente no campo da história política.

-
- 1 O partido foi fundado com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), tornando-se conhecido pela sigla PCB (Partido Comunista do Brasil). Em agosto de 1961 o Comitê Central decidiu mudar seu nome, na perspectiva da legalização, para Partido Comunista Brasileiro. Um grupo de dirigentes, fiel à velha orientação stalinista, não aceitou a mudança nos estatutos e em fevereiro de 1962 criou outra organização, que manteve a denominação Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Desde então, PCB e PCdoB passaram a reivindicar ser o partido fundado em março de 1922. Para maiores detalhes sobre a cisão PCB-PCdoB, ver: SILVA, Antônio Ozai da. *História das tendências no Brasil*. 2ª ed., pp. 88-9, SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2ª ed., pp. 104-6 e VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. pp. 187-8. Uma terceira agremiação juntou-se a esta contenda em janeiro de 1992, na esteira do colapso do mundo soviético, com a mudança de nome do PCB para Partido Popular Socialista (PPS), que se declarou herdeiro do legado histórico do velho "partidão", a despeito de uma fração que manteve a sigla PCB. Sobre esta última cisão, ver: PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. pp. 23-31.
 - 2 A III Internacional ou Internacional Comunista (IC), também conhecida como *Komintern* (do alemão *Kommunistischen Internationale*), foi fundada por Lênin em março de 1919 como uma substituta da II Internacional Social-Democrata, criada em 1889 para substituir, por sua vez, a I Internacional (Associação Internacional dos Trabalhadores), fundada por Marx e Engels em 1864 e dissolvida em 1876. A decisão de criar a IC resultou da necessidade de uma organização revolucionária internacional dos trabalhadores, depois que os principais líderes social-democratas, abandonando os ideais de internacionalismo proletário, resolveram apoiar seus governos nacionais quando do início da I Guerra Mundial em 1914. Para uma visão mais detalhada, ver: BOTTOMORE, Tom (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Verbetes "internacionais", pp. 195-9 e "internacionalismo", pp. 199-200, BUBER-NEUMAN, Margarete. *La Revolución Mundial - L'Histoire du Komintern (1919-1943)*, racontée par l'un de ses principaux témoins, LAZITCH, B. & DRACHKOVITCH, M.D. *Biographical Dictionary of the Comintern e LÊNIN, Vladimir I. A falência da II Internacional*.

Em outras palavras, conforme afirma Dario Canale, o levante de 35 não poderá ser “*devidamente compreendido sem que se leve em conta esse conjunto complexo de fatores e sem que se abandone as visões triunfalistas e conspirativas da história e os preconceitos nacionalistas e xenófobos da historiografia oficial*”.³

O estudo do papel desempenhado pelos comunistas é o ponto central da discussão sobre a rebelião de 1935 no Rio Grande do Norte, isto porque, segundo Homero Costa, “*o levante do 21º Batalhão de Caçadores em Natal foi articulado, organizado e dirigido pelo Partido Comunista e não pela Aliança Nacional Libertadora [ANL](...)*”.⁴

Decorre daí que, qualquer interpretação crítica da revolta em Natal deve necessariamente levar em conta a política da IC e de sua Seção Brasileira, o PCB, visto que “*tentar compreender os levantes de 35 sem se referir às inflexões desta [a III Internacional] nas diretrizes do Partido Comunista do Brasil seria obscurecer aspectos importantes*”.⁵

Deve-se, entretanto, evitar ver a influência da IC sobre a *intentona*⁶ de 1935 de forma mecânica e automática, o que significaria “*reduzir os levantes à simples manipulação dos comunistas brasileiros pela Internacional*”.⁷ Todavia, não se pode ocultar que “*a Internacional havia dado sua sanção a esta via [a via insurrecional] dentro do marco geral da política de frentes populares*”.⁸ Daí a importância da análise da relação entre os planos revolucionários do PCB e da IC, dentro do quadro político nacional do início do governo constitucional de Getúlio Vargas, com a decisão do Partido Comunista em Natal, em especial de sua célula militar, de deflagrar a revolta armada. Desse modo, pretendemos ir além do factual para abordar os aspectos político-ideológicos da rebelião.

3 CANALE, Dario et al. *Novembro de 1935: meio século depois*. p. 69.

4 COSTA, Homero. *A insurreição comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia*. p. 14.

5 COSTA, H. *op. cit.*, p. 14.

6 Não obstante a forma tendenciosa como o termo *intentona* é empregado, geralmente como forma de reforçar as calúnias contra os revoltosos, somos da opinião de que tal expressão não está absolutamente em contradição com o caráter militarista e voluntarista do movimento, de acordo com o significado semântico da palavra: “[Do esp. *intentona*] S. f. 1. *Intento louco: plano insensato*. 2. *Conluio e/ou tentativa de motim ou revolta*”. (HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. p. 956.)

7 COSTA, *op. cit.*, p. 14.

8 *Idem, op. cit.*, p. 14.

Até hoje, o movimento armado de 1935 no Rio Grande do Norte tem sido tratado como um acontecimento marginal por parte da historiografia, embora dos três levantes irrompidos em novembro de 1935, o de Natal tenha sido o único que alcançou algum êxito, com os revolucionários tomando o poder na cidade por três dias e dominando vários municípios do interior do estado, instaurando o único "governo popular revolucionário" da História do Brasil. Não surpreende, pois, que se dê tão pouca atenção à vinculação do levante em Natal com o contexto da luta comunista nacional e internacional.

Para realizar este trabalho, partimos do contexto geral para o particular, dividindo-o da seguinte maneira: no Capítulo I, analisamos a transição da política da IC do seu VI ao VII Congressos. Em seguida, abordamos os reflexos deste processo no PCB, a partir de seu III Congresso (1929), culminando na fusão com o Tenentismo⁹ e na criação da ANL em 1934-35. No Capítulo II, procuramos reconstituir, em linhas gerais, a situação política do Rio Grande do Norte da interventoria de Mário Câmara ao início do governo de Rafael Fernandes (1933-1935), destacando os fatores locais que ocasionaram a precipitação do levante comunista, bem como as forças políticas em jogo, entre as quais o Partido Comunista, sua inserção na classe trabalhadora e entre os militares. Finalmente, no Capítulo III, tratamos de descrever em linhas gerais a revolta propriamente dita. E O 10 ?

No trabalho de pesquisa histórica realizado, demos prioridade à análise da razoável bibliografia existente sobre o tema ou com ele relacionada direta ou indiretamente, além de fontes primárias escritas como documentos do PCB, memórias, entrevistas de militantes, etc.

9 Entende-se por *Tenentismo* o movimento político-militar dos jovens oficiais do exército brasileiro, que se expressou na forma de uma série de revoltas militares entre 1922 e 1935. Os "tenentes" expressavam vagos anseios políticos das classes médias, presentes num sentimento difusamente nacionalista, elitista e anti-político que se refletia num ideal moralizador dos costumes políticos nacionais (defesa do voto secreto, basicamente). Depois de 1930, o movimento tenentista bifurcou-se em duas grandes tendências: a majoritária, que participara ativamente do movimento que pôs fim à "República Velha" (1889-1930), decidiu ingressar nas fileiras do Governo Provisório de Getúlio Vargas (Juarez Távora, Cordeiro de Farias, João Alberto, Eduardo Gomes, etc.), muitos como interventores federais nos estados (mais tarde, alguns se filiaram ao integralismo); a segunda, minoritária, aderiria ao comunismo (Luís Carlos Prestes, Agildo Barata). A respeito do Tenentismo, ver: DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a participação política dos oficiais jovens* e FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os Militares e a revolução de 30*.

Foram consultados também, para fins de reconstituição histórica, os jornais locais da época, que expressavam as várias posições políticas do estado, em especial o diário oficial *A República*, o jornal católico *A Ordem* e o órgão oficial dos insurretos de Natal, *A Liberdade*. Esperamos, assim contribuir de alguma forma para o enriquecimento da historiografia norte-riograndense.

I – A INTERNACIONAL COMUNISTA E O PCB ENTRE 1928 E 1935

1.1. O VI Congresso da IC e seus reflexos no PCB

Em 1928 realizou-se em Moscou o VI Congresso da Internacional Comunista. A situação da IC mudara, então, radicalmente desde a sua fundação, em 1919: seu idealizador e fundador, o líder máximo da Revolução Soviética de 1917 e criador da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Vladimir Lênin, falecera em 1924, a tão esperada revolução mundial não acontecera, a Rússia, já devastada por três anos de participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1917), acabava de sair de uma sangrenta guerra civil com intervenção estrangeira de três anos (1918-1921), entrando logo a seguir numa fase de reconstrução econômica e de burocratização do regime, o que levou o próprio Lênin, pouco antes de sua morte, a alertar os membros do partido para o perigo deste processo, representado pela concentração de poderes nas mãos do secretário-geral do partido, Josef Stálin.

Vitorioso o grupo stalinista em 1928, Stálin tratou de esmagar seus opositores, expulsando seu principal adversário dentro do Partido e do Estado soviéticos, Leon Trotsky, e consolidando seu poder pessoal, ancorado na tese de “socialismo num só país”, num prenúncio dos grandes expurgos da década de 30.¹⁰

Este processo não poderia deixar de refletir-se na Internacional Comunista, organização que, criada como “*partido comunista mundial*”¹¹ e paralelamente aos rumos do Estado socialista russo, começava a distanciar-se dos seus objetivos originais internacionalistas para sujeitar-se inteiramente à direção soviética.

10 A disputa entre as frações de Trotsky e de Stálin constitui um momento crucial para o destino da Revolução Russa. Contra a tese stalinista de “socialismo num só país”, Trotsky e a Oposição de Esquerda levantaram desde 1923 a bandeira de “Revolução permanente”, segundo a qual o futuro do socialismo na URSS dependia dos rumos da revolução socialista mundial. Liquidado o grupo trotskista em 1928, Stálin tratou de eliminar todos os seus oponentes, reais ou imaginários, dentro do partido e do Estado soviéticos. Ao final dos grandes processos de 1936-1938, praticamente toda a velha guarda bolchevique havia sido fuzilada ou estava em campos de prisioneiros (o “Gulag”). Ver, a esse respeito: TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente e A Revolução Traída*.

11 VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. pp. 35-48.



As derrotas do proletariado nos anos seguintes à vitória de 1917 levaram os líderes bolcheviques a reverem sua crença na vitória inevitável da revolução mundial,¹² desfazendo as esperanças na iminência de uma revolução socialista internacional.¹³ No V Congresso da IC, em 1925, a Comissão Executiva da Internacional Comunista (CEIC), aprovava a linha de "frente única" com setores da pequena burguesia e da burguesia. Tal política passaria a ser revista depois do massacre dos comunistas chineses em 1927 pelas forças do Partido Nacionalista Chinês (*Kuomintang*), tido até então como aliado dos comunistas pela IC.¹⁴

No VI Congresso da IC, realizado em Moscou em julho-setembro de 1928, a política de "frente única" foi violentamente criticada e em seu lugar aprovou-se a tese que rejeitava virulentamente a política frentista em favor de uma postura sectária de "classe contra classe". Batizada de "Terceiro Período"¹⁵, esta linha política previa, em lugar de alianças de classe, um período de "guerras e revoluções", sobretudo nos países ditos "coloniais" e "semi-coloniais", assinalando a fase de maior sectarismo e ultra-esquerdismo da IC, com reflexos diretos sobre os Partidos Comunistas no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

Os Partidos Comunistas, sob a política de "classe contra classe", passaram a considerar como principal inimigo da classe operária não os nazi-fascistas, que então começavam a marchar aceleradamente para o poder em vários países da Europa, mas os social-democratas, os quais passaram a chamar, após o X Plenum da CEIC em junho de 1929, de "social-fascistas", com resultados catastróficos na Alemanha.¹⁶

12 Na realidade, a Revolução bolchevique de outubro (novembro, pelo calendário ocidental atual) de 1917 na Rússia foi concebida como parte integrante de uma empresa bem maior: a revolução socialista mundial. Nesse sentido, revoltas comunistas eclodiriam na Polônia (1918-19), Hungria (1919) e Alemanha (1919, 1921 e 1923). Ver TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*.

13 Marly Vianna se refere a este processo, dizendo: "Em 1923, a derrota sofrida pelo proletariado alemão desfez as esperanças numa iminente revolução mundial e a defesa do Estado soviético sobrepôs-se definitivamente aos interesses das políticas nacionais. O sentido do internacionalismo foi assimilado ao da manutenção da única conquista real dos trabalhadores, a URSS, onde, inevitavelmente, Estado e Partido Comunista se confundiam." (VIANNA, M. *op. cit.*, p. 39.)

14 VIANNA, M. *op. cit.* pp. 35-48.

15 O "primeiro período" corresponderia à fase do triunfo revolucionário na Rússia e da ofensiva comunista mundial (1917-1923); o "segundo período" seria o de estabilização da situação política e econômica internacional e de reconstrução socialista na URSS (1923-1928); finalmente, o "terceiro período" seria aquele da radicalização da luta comunista internacional. Ver, a respeito, PINHEIRO, *op. cit.*, p. 178 e pp. 197-206.

16 Sobre a aplicação da política do "terceiro período" na Alemanha e suas conseqüências para os comunistas e o movimento operário, ver: TROTSKY, Leon. *Revolução e Contra-Revolução*.

Sob a política do "Terceiro Período" os Partidos Comunistas de todo o mundo perderiam a autonomia ideológica, sujeitando-se cada vez mais às determinações da IC.¹⁷ Refletindo o processo de ascensão do stalinismo verificado na Rússia e no movimento comunista mundial, a IC se burocratizou cada vez mais, o que se refletiu na crescente centralização da entidade e na perda de autonomia de suas seções nacionais, os partidos comunistas.¹⁸ Esta centralização burocrática da *Komintern* realizou-se de mãos dadas com a sua transformação, de organização criada para coordenar a luta revolucionária internacional, em instrumento de defesa da "pátria socialista" – a URSS – em consonância com a política stalinista de "socialismo num só país".¹⁹ De fato, durante a gestão de Stálin, o sentido original do internacionalismo proletário – a luta pela revolução socialista em âmbito mundial – daria lugar à defesa da integridade do Estado e do regime soviéticos. A partir de então, como afirma Marly Vianna, "*a defesa da URSS – do socialismo num só país – tornou-se a primeira tarefa do Movimento Comunista Internacional*".²⁰

Foi no decorrer desse processo que a IC começou a voltar seus olhos para a América Latina, através da criação, em 1925, do seu Secretariado Sul-Americano (SSA, depois Birô Sul-Americano, BSA), sediado em Buenos Aires (depois de 1930, em Montevideu). Caminhando paralelamente à consolidação da ditadura stalinista na URSS, o desenvolvimento de uma estratégia revolucionária para a América Latina, vista como um continente homogêneo e sem peculiaridades nacionais²¹, com base na política sectária do "Terceiro Período", visava a realizar em primeiro lugar os objetivos geopolíticos estratégicos da URSS contra o imperialismo das grandes potências hostis à URSS. Obviamente, este tipo de estratégia levou a generalizações precipitadas e a uma visão realista das condições revolucionárias das "semi-colônias" da América Latina.²²

17 Ver, a respeito: VIANNA, M. e PINHEIRO, P. S. *ops. cit.*

18 Reflexo da centralização burocrática da IC é o espaçamento maior entre os seus Congressos: de 1919 a 1924, realizaram-se cinco Congressos da IC, ao passo que, daí até sua dissolução por ordem de Stálin em 1943, houve apenas dois Congressos (1928 e 1935). Ao mesmo tempo, aumentava o peso dos Plenos da CEIC (13 até 1933), nos quais as discussões praticamente se restringiam à cúpula.

19 VIANNA, *op. cit.*

20 *Idem, op. cit.*, p. 35.

21 PINHEIRO, *op. cit.* passem.

22 *Idem, op. cit.*, passem.

1.2. O PCB: do BOC à política obreirista (1928-1935)

Vimos a evolução da IC até o seu VI Congresso. Analisemos agora a atuação do segundo personagem desta tragédia: o Partido Comunista do Brasil (PCB).

Fundado em março de 1922 no Rio de Janeiro por nove militantes provenientes em sua maioria do anarco-sindicalismo, a partir do VI Congresso da IC, como vimos, o PCB passou a sofrer uma influência decisiva da *Koimintern*. Já no Congresso de sua fundação, o PCB se declarou como "Seção Brasileira da Internacional Comunista" e, em seus estatutos constavam os 21 pontos de admissão à III Internacional.²³

Tendo surgido legal, em 5 de julho de 1922 o PCB foi colocado pela primeira vez na ilegalidade, em consequência do estado de sítio decretado pelo governo Epitácio Pessoa em virtude da Revolta do Forte de Copacabana. Em 1924 o partido conseguiu finalmente ser admitido na IC e, sob a influência da política de "frente única" e beneficiado com o fim do estado de sítio após a posse de Washington Luís na presidência da República em 1926, o partido, de volta à vida legal, aumentou a sua inserção entre os sindicatos de operários e entre as classes médias, sendo posto novamente na ilegalidade, por força da Lei de Segurança Nacional, em agosto de 1927. Neste mesmo ano de 1927 o PCB imprimiu sua marca na política brasileira com a formação do Bloco Operário, depois Bloco Operário e Camponês (BOC).

De 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929 realizou-se no Rio de Janeiro o III Congresso do PCB. Este Congresso constituiu um verdadeiro divisor de águas, pois significou o início da influência direta sobre o PCB da mudança de orientação política verificada no VI Congresso da IC, realizado alguns meses antes. Esta influência se fez sentir na crítica à política frentista que engendrou o BOC, condenada como um "desvio direitista pequeno-burguês".²⁴

23 Cf. CARONE, Edgard. *O PCB (Vol. 1: 1922-1943)*. p. 21. Sobre as origens do PCB e sua relação com a IC, dois estudos interessantes são os de Michel Zaidan Filho, *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)* e *Comunistas a céu aberto, 1922-1930*. Ver também: PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB (1922-1924)* e *Formação do PCB (1924-1930)*.

24 Sobre o III Congresso do PCB, ver: CARONE, E. e VINHAS, M. *ops. cit.*

Todavia, a adesão oficial da Comissão Central Executiva (CCE, mais tarde Comitê Central [CC]) do PCB à tese do "Terceiro Período" só se concretizaria após a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, ocorrida em Montevideu, Uruguai, em junho de 1929.²⁵

A partir de então, o BOC se enfraqueceria cada vez mais. Em 1930, esvaziado e sem o respaldo do PCB, o BOC foi dissolvido.²⁶

Paralelamente, e em contradição com a guinada esquerdista da IC na época, o PCB iniciava sua aproximação com setores da jovem oficialidade militar descontentes com o governo federal ("tenentes").

Em dezembro de 1927, o dirigente comunista Astrojildo Pereira encontrou-se com o líder tenentista Luís Carlos Prestes, que se encontrava exilado na Bolívia depois de ter liderado uma marcha de 24 mil km pelo sertão brasileiro entre 1924 e 1927 (a "Coluna Prestes"), entregando-lhe farta literatura marxista.

Em começos de 1929, dois delegados do partido, Leôncio Basbaum e Paulo de Lacerda, encontraram-se em Buenos Aires com Prestes. Neste encontro, os dois dirigentes comunistas procuraram ganhar o apoio do líder tenentista, oferecendo-lhe a candidatura à presidência da República pelo BOC, mas não lograram êxito, esbarrando na incompatibilidade entre o programa apresentado por eles e o de Prestes e de seus companheiros.

Segundo Leôncio Basbaum, Prestes e seus companheiros tenentes consideravam o programa do PCB *"extremamente radical, pois falava, entre outras coisas, de 'amilar nossas dívidas externas', o que lhes parecia absurdo e temerário"*.²⁷

Em contrapartida, o programa de Prestes e dos tenentes defendia vagos anseios políticos tenentistas, como voto secreto, justiça, etc.²⁸

Com a adesão dos comunistas brasileiros à linha política de "Terceiro Período" a partir de 1929, iniciou-se uma das fases de maior sectarismo ultra-esquerdista do PCB: com

25 Cf. SEGATTO, *op. cit.* p. 39.

26 Sobre o BOC, ver: SEGATTO, *op. cit.*, pp. 37-38.

27 BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. p. 70.

28 BASBAUM, L. *op. cit.*, p. 70.

base na linha de "classe contra classe", o partido se manteve alheio, até mesmo hostil, ao movimento armado de 1930 que depôs Washington Luís, considerando a luta entre a Aliança Liberal de Getúlio Vargas e as oligarquias no poder como uma mera disputa entre os imperialismos norte-americano e inglês.²⁹ Desse modo, o partido afastou-se das massas, isolando-se no seu sectarismo.

De 1930 a 1934, o PCB sofreu grandes transformações internas, com oito secretários-gerais num espaço de quatro anos.³⁰ A linha de "classe contra classe", inaugurada pelo VI Congresso da IC e homologada depois do III Congresso do PCB, expressou-se na política obreirista de "proletarização", que consistia na substituição nos cargos de direção do partido dos indivíduos de origem social pequeno-burguesa por elementos vindos diretamente da classe proletária, numa interpretação mecanicista e vulgar dos princípios comunistas.³¹

Nesse período, promoveu-se o afastamento dos indivíduos considerados "intelectuais", entre os quais praticamente todos os membros fundadores e muitos veteranos do PCB, como Astrojildo Pereira, Octavio Brandão, Leôncio Basbaum, Paulo Lacerda, Fernando Lacerda, Mário Grazzini, etc., os quais deram lugar a pessoas escolhidas unicamente por sua origem de classe, de preferência que *"andassem sujos, mal vestidos e falassem errado"*.³² Conforme afirma Edgard Carone,

*"A crítica à posição pequeno-burguesa passa da ideologia para a organização, e desta a uma simplificação do modo de vida. A partir de 1930, proletarização toma um sentido errôneo e romântico, o que leva os membros do partido a só fumarem cigarros baratos, vestirem-se mal, deixarem de usar gravata etc."*³³

29 Ver, a respeito, PINHEIRO, *op. cit.* p. 236.

30 Sobre a trajetória do PCB de 1930 a 1934, ver: CANALE, D. et al, SEGATTO, J. e VINHAS, M. *ops. cit.*

31 Ao se referir ao "obreirismo" do PCB, Leôncio Basbaum conta que os "intelectuais" do Partido *"Lambiam-se de ver um 'verdadeiro proletário', 'autêntico', 'legítimo', o operário ideal, forte na sua humildade, inteligente na sua ignorância..."* (BASBAUM, L. *op. cit.* p. 76.)

32 VIANNA, M. *op. cit.* p. 55.

33 CARONE, E. *A república nova (1930-1937)*. p. 237, *apud* SEGATTO, *op. cit.*, p. 41.

As conseqüências da “proletarização” para o nível da militância partidária e para os rumos tomados pelo PCB nos anos seguintes foram desastrosas. Como diz Robert Levine: “*parte da velha guarda do partido é expulsa, sai ou é rebaixada de posição, sendo substituída por elementos de menor capacidade ou por operários sem experiência de organização*”.³⁴

Paralelamente, a aliança com o Tenentismo de esquerda, antes almejada, era agora repudiada.

Prestes proclamara a sua conversão ao comunismo num manifesto publicado em maio de 1930, no qual afirmava que era “*impossível fazer uma revolução com o programa anódino da Aliança Liberal*”³⁵ e rompia com a maioria dos seus companheiros tenentes, fundando, em seguida, a Liga de Ação Revolucionária (LAR), de vida efêmera, em Montevidéu.

Apesar disso, o PCB não o aceitou de início, pois ainda o considerava, em conformidade com a orientação esquerdista da IC, um “líder radical pequeno-burguês”.³⁶

Rejeitado pelo PCB, Prestes exilou-se em 1931 na URSS, onde conquistou o apoio e a simpatia dos líderes da IC, em especial do presidente da CEIC, Dimitri Manuilsky, sendo inclusive eleito para a CEIC.

Graças às reviravoltas da política comunista mundial, o “Cavaleiro da Esperança” seria finalmente admitido no PCB, por imposição da CEIC, em agosto de 1934, em Moscou. Desde então, passou a determinar os rumos do partido até seu afastamento da secretaria-geral e conseqüente rompimento com o CC em 1980.³⁷

A entrada de Prestes para o partido constituiu um marco na história do PCB. Juntamente com o ex-líder tenentista, ingressaram no partido muitos “tenentes” como Agildo Barata e Silo Meirelles, que teriam um papel decisivo nos levantes de novembro de 1935 no Rio de Janeiro e em Recife, respectivamente.

34 *Idem, op. cit.*, p. 238, *apud* SEGATTO, *op. cit.*, p. 41.

35 BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. pp. 225-9. Para a resposta do PCB ao manifesto de Prestes e a luta deste contra o “prestismo”, ver: CARONE, E. *O PCB (vol. 1: 1922-1943)*. pp. 83-96.

36 Ver: CARONE, E. *op. cit.*, pp. 83-96.

37 Sobre a trajetória política de L.C. Prestes, ver: AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança: vida de Luís Carlos Prestes*. BASTOS, Abguar. *op. cit.*, e MORAES, Denis et al. *Prestes, lutas e autocríticas*.

A respeito da adesão de Prestes e do tenentismo mais radical ao PCB, afirma Moisés Vinhas que esta “traz para o partido o peso da influência pequeno-burguesa e golpista; e de outro, retira o pequeno partido de seu isolamento e lhe dá um peso político na sociedade que está muito aquém de sua capacidade orgânica”.³⁸

A partir de então, o partido militarizou-se, desenvolvendo um trabalho de agitação nos quartéis (trabalho “anti-mil”), que se havia iniciado em 1930, visando principalmente à conquista do apoio dos setores subalternos das Forças Armadas.³⁹

Em 1934, tornou-se secretário-geral do PCB Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, ex-integrante da LAR de Luís Carlos Prestes e um dos principais protagonistas dos acontecimentos de novembro de 1935 no Rio de Janeiro. Começava a tomar corpo, dentro do PCB, uma concepção tipicamente militarista da revolução, uma visão da tomada do poder como golpe militar.⁴⁰

Ao mesmo tempo, desde 1934, verificava-se na IC um processo de crítica e revisão da política ultra-esquerdista do “Terceiro Período”, que desembocaria no VII Congresso da IC, de julho a agosto de 1935. É nesse quadro de transição da política da IC e do PCB que se processou a aliança entre Comunismo e Tenentismo.

1.3. O VII Congresso da IC e a Política de Frentes Populares

O VII Congresso da Internacional Comunista se reuniu em Moscou de 26 de julho a 20 de agosto de 1935.

Neste Congresso, que também seria o último da *Komintern*, ocorreu uma verdadeira guinada na política da IC: a linha sectária e ultra-esquerdista foi repudiada e, em seu lugar, aprovou-se a tese do delegado búlgaro Georgi Dimitrov, que preconizava a construção de “frentes populares” baseadas na aliança dos comunistas com os partidos da burguesia “democrática” e da pequena burguesia contra o fascismo.⁴¹

38 VINHAS, M. *op. cit.* p. 70.

39 Sobre o trabalho “anti-mil” do PCB na década de 30, ver: VIANNA, M. *op. cit.*, pp. 61-8.

40 PINHEIRO, P.S. *op. cit.*, p. 296.

41 Cf. DEMITROFF, George. *A luta pela unidade da classe operária contra o fascismo.*

Era um giro de 180 graus, um retorno à linha frentista anterior a 1928 e que fora denunciada no VI Congresso da IC como um "desvio direitista pequeno-burguês".⁴² Diante da ascensão mundial do fascismo e do nazismo, a revolução socialista deveria ser adiada em favor da união de classe com setores burgueses e pequeno-burgueses "democráticos" e "antifascistas".⁴³

Na opinião de Marly Vianna, a influência e o verdadeiro significado desse Congresso da IC para a política do PC no Brasil devem ser vistos com reservas:

*"Apesar de sua importância para o MCI [Movimento Comunista Internacional], O VII Congresso teve uma influência pequena no Brasil, onde os comunistas e os aliancistas que restaram organizados [depois do fechamento da ANL, em 11 de julho] trabalhavam com a perspectiva tenentista de preparar uma insurreição que depusesse Getúlio Vargas e instalasse um governo popular nacional revolucionário, dirigido por Luiz Carlos Prestes".*⁴⁴

De fato, com o crescimento dos movimentos populares antifascistas e a participação neles dos comunistas a partir de 1934, prossegue Marly Vianna, tornou-se, como escreveu o dirigente comunista italiano Palmiro Togliatti, *"impossível e absurdo pensar em poder exercer, de um centro único, uma verdadeira ação de direção. (...) (Assim) nas decisões do VII Congresso, já estava implícita, num certo sentido, a decisão de dissolver a IC [grifos nossos]"*.⁴⁵

Em que pesem tais observações, temos razões para crer que a política do PCB neste período – e a conseqüente opção insurrecional – esteve diretamente ligada à mudança de perspectiva da Internacional Comunista, uma vez que a perspectiva tenentista de insurreição armada não se encontrava absolutamente em contradição com a nova orientação de "frentes populares" imprimida pela IC aos PCs do mundo inteiro.

42 Cf. CANALE, D. et al. *op. cit.*, p. 110.

43 VIANNA, M. *op. cit.*, pp. 35-48.

44 *Idem, op. cit.*, p. 47.

Pelo contrário, como afirma William Waack, referindo-se à III Conferência dos PCs latino-americanos em Moscou:

*“Entre as conclusões desta conferência e a decisão por uma insurreição não existia contradição. A ‘frente ampla popular’, lutando para formar um governo ‘nacional-revolucionário’, adequava-se de maneira perfeita à proposta de uma insurreição. Na cabeça de Prestes e dos dirigentes do Komintern (sic), o Brasil vivia uma situação típica de país semicolonial, no qual revoltas populares em regiões afastadas da sede do poder central – como o Nordeste – possuíam exatamente esse caráter de frente ampla, aglutinada em torno de propostas nacionalistas e antiimperialistas, que podiam levar à tomada do poder e à constituição desse ‘governo nacional-popular provisório’, com ou sem a existência de ‘soviets’ em regiões já rebeladas”.*⁴⁶

A própria Marly Vianna, ao se referir à mudança da formulação da revolução pela IC após seu VII Congresso, diz, a respeito da nova orientação estratégica da IC: *“As palavras de ordem de ‘revolução operário-camponesa’, ‘governo de soviets’ e outras análogas foram severamente criticadas como prematuras e postas de lado. O objetivo agora era expulsar o imperialismo e conquistar uma efetiva independência nacional”.*⁴⁷

Acrescente-se a isso que a própria perspectiva tenentista, fundada na idéia de revolução como golpe militar, adaptava-se perfeitamente à nova orientação comunista de união de classes contra o fascismo, numa perspectiva nacionalista. Logo, parece correto

45 TOGLIATTI, Palmiro. “Alcuni problemi della storia dell’Internazionale”, in TOGLIATTI, P. *Sul movimento operaio internazionale*. pp. 311-2, apud VIANNA, M. *op. cit.*, pp. 47-8.

46 WAACK, William. *Camaradas – nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. p. 76. Tal opinião vai diretamente de encontro à do brasilianista norte-americano Thomas Skidmore, que diz ter sido a insurreição de 1935 obra da “ala revolucionária do Partido Comunista, que havia rejeitado a tática de frente popular, pedindo, em seu lugar, um levante armado.” (SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. p. 43.

47 VIANNA, M. *op. cit.*, p. 47. Para uma visão crítica de um militante marxista acerca da palavra de ordem de “revolução nacional-libertadora” e das reviravoltas do PCB às vésperas da insurreição de 1935, ver a “Carta do Jornalista João Barreto Leite Filho a Luís Carlos Prestes, analisando a conjuntura nacional. em outubro de 1935”. in CANALE, D. et al. *op. cit.*, anexo 1, pp. 145-161.

dizer que a política de frentes populares e a opção pela insurreição armada não se excluíam, mas, ao contrário, se completavam.

Na realidade, a mudança de orientação política da IC se esboçava pelo menos desde o XIII Pleno da CEIC (28-11 a 12-12-1933), no qual se iniciou uma primeira revisão da linha sectária anterior.⁴⁸

Em outubro de 1934 realizou-se a III Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, preparatória para o VII Congresso da IC, previsto para 1934 mas adiado para julho-agosto de 1935, na qual se avançou ainda mais em direção à política de frente popular.

Nesta conferência, o secretário-geral do PCB, Miranda, refletindo o triunfalismo e o irrealismo reinantes entre os líderes comunistas, apresentou uma visão bastante fantasiosa da realidade brasileira, chegando a afirmar que 70 % dos militares brasileiros haviam-se filiado à ANL.⁴⁹

Qual a origem de tamanha reviravolta da IC? A resposta está no fracasso do “Terceiro Período” na Alemanha, evidenciado pela subida o poder do Partido Nazista de Adolf Hitler em 30 de janeiro de 1933, beneficiado pela falta de união entre os comunistas e os social-democratas.

Os nazistas chegaram ao poder depois que o Partido Comunista Alemão, seguindo à risca a política sectária da IC, recusara uma aliança com os social-democratas, os quais chamava inclusive de “social-fascistas”, ignorando assim o peso dos mais de 5 milhões de votos obtidos nas eleições parlamentares de 1930 e a influência do Partido Social-Democrata na classe operária alemã.

Desse modo, deixou-se o caminho livre para os nazistas chegarem ao poder e instalarem seu reinado de terror, cujas primeiras vítimas foram exatamente os comunistas.⁵⁰

Uma mudança de orientação tão profunda da IC (na verdade, um retorno à uma linha política anterior, sem uma verdadeira crítica à postura sectária do “Terceiro Período”), não poderia deixar de influir nos rumos do PCB.

48 Sobre o XIII Pleno da CEIC, ver: CANALE, D. et al. *op. cit.*, p. 118.

49 Ver, a respeito: WAACK, W. *op. cit.*, p. 72.

50 Cf. TROTSKY, L. *Revolução e contra-revolução*.

Em julho de 1934, realizou-se a I Conferência Nacional do PCB, na qual se esboçou a idéia da criação de uma frente de massas.⁵¹

Em começos de 1935, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada sob inspiração comunista, mas que constituía, à semelhança do BOC em 1927, uma ampla "frente popular" reunindo comunistas, socialistas, democratas e liberais em torno de um programa anti-fascista e anti-imperialista.⁵²

Lançada oficialmente a 30 de março de 1935, em comício realizado no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, tendo como presidente nacional o ex-interventor no Rio Grande do Norte Hercolino Cascardo e com Luís Carlos Prestes aclamado presidente de honra, a ANL cresceu rapidamente.

Em poucos meses, por volta de maio de 1935, a ANL já alcançara cerca de 3.000 membros pagantes no Brasil, com 1.600 núcleos espalhados pelo território nacional e 50.000 inscritos só no Distrito Federal⁵³, para isso influenciando certamente o clima de liberalização política resultante da promulgação da Carta constitucional de 1934.⁵⁴

Este foi um dos momentos em que o PCB, mesmo ilegal, atingiu sua maior influência: a política de frentes populares o retirara do sectarismo, a entrada de Prestes para o partido atraía o apoio das classes médias (ele ainda era o "Cavaleiro da Esperança" dos tempos da Coluna) e a ANL lhe garantia o necessário respaldo de massas.⁵⁵

O que teria levado ao fechamento prematuro da ANL? Numa carta endereçada a Luís Carlos Prestes, mencionada anteriormente, o jornalista João Barreto Leite Filho critica a falta de consistência da Aliança Nacional Libertadora, bem como o açodamento e a falta de preparo do PCB para lidar com uma frente política de massas como a ANL:

"A Aliança cresceu por um processo típico de gigantismo. Foi realmente um sucesso. Como movimento de agitação, foi o maior que já vi no Brasil, como seu

51 Cf. CANALE, D. et al. *op. cit.*, p. e CARONE, Edgar. *O PCB (vol. 1: 1922-1943)*, pp. 159-171.

52 SEGATTO, *op. cit.* p. 46.

53 CARONE, E. *A república nova (1930-1937)*. pp. 262-3, *apud* SEGATTO, J.A. *op. cit.*, p. 46.

54 Para um panorama geral do início do governo constitucional de Vargas, ver: LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1930-1937*.

55 Ver: VINHAS, *op. cit.*, pp. 68-70.

caráter. Mas esse desenvolvimento se deu sem nenhuma cristalização orgânica, sem nenhuma consistência interior, sem nenhuma capacidade de resistir, como os fatos provaram. O Partido, por seu lado, que nunca tinha se visto à frente de um desdobramento tão grandioso de luta de massas, perdeu literalmente a cabeça. Agora é hora de tomarmos o poder, pensaram os dirigentes. (...)"⁵⁶

O crescimento de uma organização de massas como a ANL não era bem visto pelo governo Vargas, que tratou logo de encontrar um pretexto para proscrevê-la.

Além disso, Vargas não se sentia à vontade com as limitações impostas pela Constituição de 1934 e há muito vinha procurando um meio de reformá-la, por meio da adoção de uma solução que lhe restituísse poderes discricionários.⁵⁷ E o pretexto veio, na forma de um discurso de Luís Carlos Prestes, proferido no dia 5 de julho de 1935 (data do aniversário das rebeliões tenentistas de 1922 e de 1924), no qual defendia o estabelecimento de um "governo nacional popular revolucionário" e finalizava com a palavra de ordem "Todo Poder à ANL!"⁵⁸, sem que houvesse qualquer condição política para tanto e provocando o afastamento de muitos membros não-comunistas da ANL.⁵⁹

A 11 de julho, com base no discurso infeliz de Prestes e invocando a Lei de Segurança Nacional, Vargas ordenou o fechamento da sede nacional da ANL, no Rio de Janeiro. A respeito do pretexto para o fechamento da ANL, afirma José Antonio Segatto:

*"O manifesto de L. C. Prestes foi, na verdade, fruto de uma avaliação equivocada, subjetivista e idealista da realidade histórica nacional, através da qual acreditava-se que havia, no Brasil, uma situação pré-revolucionária. Para tal avaliação contribuíram as análises feitas em Moscou, por representantes da IC, com informações de dirigentes do PCB."*⁶⁰

56 In CANALE, D. et al. *op. cit.*, p. 151.

57 Ver, por exemplo: BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. v. 3, pp. 80-2..

58 In CARONE, E. *O PCB (vol. 1: 1922-1943)*. pp. 172-181.

59 LEVINE, Robert. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. P. 158.

60 SEGATTO, J.A. *op. cit.*, p. 48. A falta de informação de Prestes sobre a realidade nacional era espantosa, para o qual certamente contribuíram os anos de exílio na URSS. Segundo Edgar Carone,



Mesmo ilegal, a ANL não deixou de existir. "A partir de então", escreve José Antonio Segatto, de frente política de massas reunindo diferentes classes sociais, "a ANL reduziu-se quase que exclusivamente ao PCB".⁶¹ Estava aberto o caminho para a insurreição.

"(...) Prestes chega clandestinamente ao Brasil em abril de 1935, ignorando realmente a atual situação brasileira, aceitando idéias e informações otimistas, o que lhe permite avaliar os fatos de maneira exageradamente favorável". (CARONE, E. *A república nova [1930-1937]*. p. 338.)

61 *Idem, op. cit.*, p. 48. Edgar Carone afirma que, com o fechamento da ANL "(...) pouco a pouco os elementos de tendência liberal e os moderados vão se afastando da agremiação, subsistindo os mais radicais. Os comunistas, mais preparados para a luta clandestina, acabam dominando toda a organização e a ala golpista, marcada pela tradição tenentista, torna-se preponderante". (CARONE, E. *A república nova [1930-1937]*. p. 337.)

2 - O QUADRO POLÍTICO DO RIO GRANDE DO NORTE: 1933-1935

2.1. As forças políticas: PP, PSN, PSD, AIB, ANL

Do mesmo modo que não se pode separar o movimento revolucionário de 1935 no Rio Grande do Norte do contexto nacional e internacional da política comunista, é impossível compreender tal fato sem levar em conta a conjuntura política específica do Rio Grande do Norte naquele momento histórico.⁶²

É consenso entre os historiadores que a situação política no Rio Grande do Norte às vésperas da insurreição comunista de novembro de 1935 era extremamente conturbada. Trata-se apenas de saber em que grau tal conjuntura influenciou o movimento de 1935.

A “Revolução” de 1930 apeara do poder o governo oligárquico e conservador de Juvenal Lamartine, inaugurando um ciclo de interventorias tenentistas que duraria até 1935. Entretanto, as disputas entre as forças oligárquicas que dominaram a política estadual na República Velha (1889-1930) e os “revolucionários” de 1930 continuaram nos cinco anos seguintes, fazendo com que o Rio Grande do Norte fosse o estado da federação com a maior rotatividade de interventores no Brasil entre 1930 e 1935.⁶³

O movimento constitucionalista de 1932 em São Paulo teve como consequência política principal a convocação de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte⁶⁴, que deveria elaborar a nova Constituição federal, uma vez que desde 1930 a Constituição de 1891 havia deixado de vigorar.

62 Sobre o período 1930-1935 no RN, baseamo-nos sobretudo nas informações contidas em COSTA, H. *op. cit.* Cap. I e SPINELLI, José Antonio. *Getúlio Vargas e a oligarquia políguar, 1930-1935.* ~~Cap.~~ Ver também MARIZ, Marlene M. *A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte.* Para duas visões antagônicas sobre o período, refletindo os pontos de vista das duas correntes políticas estaduais (“populistas” versus “cafeistas” e “maristas”), ver BARBOSA, Edgar. *História de uma campanha* e FURTADO, João Maria. *Vertentes (memórias)*, além de CAFÉ Fº, João. *Do sindicato ao catete.* A respeito dos fatos principais da política estadual entre 1933 e 1935 ver a cronologia contida no anexo 1 deste trabalho.

63 Ver SPINELLI, J. A. *op. cit.*

Tais eleições, marcadas para o dia 3 de maio de 1933, eram a oportunidade esperada pelas oligarquias "decaídas" em 1930 de recuperarem a sua parcela de participação política, diminuindo a autoridade do governo federal nos estados.⁶⁵

Visando às eleições, portanto, começaram as articulações para o surgimento de partidos políticos em todos os estados.

No Rio Grande do Norte, a 12 de março de 1933 realizou-se a Assembléia de fundação do Partido Popular (PP), tendo à frente o ex-governador e político "carcomido" de antes de 1930 José Augusto Bezerra de Medeiros.

Apesar do nome, o PP não tinha nada de popular; segundo Homero Costa, tal partido "*Era, fundamentalmente, a estrutura do velho Partido Republicano que havia dominado o estado durante toda a chamada Primeira República*".⁶⁶

Os setores situacionistas no Rio Grande do Norte, aliados do governo de Getúlio Vargas, também se organizaram e, menos de um mês antes das eleições, a 4 de abril, fundaram o Partido Social Nacionalista (PSN), chefiado pelo advogado e líder sindicalista João Café Filho.⁶⁷

Nas eleições de 3 de maio o PP saiu-se vitorioso, conseguindo eleger três dos quatro representantes do estado para a Assembléia Nacional Constituinte e a maioria da bancada estadual, na primeira derrota do governo federal no Rio Grande do Norte desde 1930.⁶⁸

O resultado do pleito de 3 de maio de 1933 alterou profundamente o equilíbrio político no Rio Grande do Norte, forçando o governo Vargas a ensaiar uma aproximação com a oligarquia local, em conformidade com seus esforços de conciliação com as oligarquias em âmbito nacional, por ocasião da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, formalmente instalada a 15 de novembro de 1934 no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro.⁶⁹

64 *Idem, op. cit.*

65 *Id., Ibid.*

66 COSTA, H. *op. cit.* p. 33.

67 COSTA, H., *op. cit.* p. 33.

68 *Idem, op. cit.*, p. 34.

69 SPINELLI, J. A. *op. cit.* Cap. II.

Como parte desta estratégia de aproximação com os setores oligárquicos estaduais, a 2 de agosto de 1933 Vargas nomeou Mário Câmara, civil e potiguar, para substituir Bertino Dutra no cargo de interventor federal no Rio Grande do Norte, encerrando assim um conturbado período de interventorias tenentistas.⁷⁰

Uma vez no poder, Mário Câmara no começo procurou aproximar-se das forças oligárquicas e conservadoras, articuladas no Partido Popular. Todavia, à medida que avançava o ano de 1934, tais tentativas de acordo ficaram cada vez mais difíceis e infrutíferas.

Na verdade, tanto as propostas do Partido Popular como as contrapropostas de Mário Câmara "*implicavam, claramente, na subordinação de um grupo ao outro*".⁷¹ A 12 de janeiro de 1934, em seu discurso de posse como presidente de honra do PP, José Augusto Medeiros fez duras críticas ao interventor, no tocante à escolha de alguns prefeitos do interior.⁷²

Aumentavam as tensões entre os dois grupos à medida em que se aproximavam as eleições de 14 de outubro de 1934, quando seriam escolhidos por voto direto os deputados estaduais, que por sua vez escolheriam indiretamente o novo governador do estado. Em meados de 1934, as possibilidades de aliança entre as correntes de Mário Câmara e de José Augusto eram completamente inexistentes.

Após o rompimento de Mário Câmara com a oligarquia estadual, a situação política no Rio Grande do Norte entrou numa fase de radicalização de posições⁷³, agravada pela participação de oficiais militares do 21º Batalhão de Caçadores na política estadual.

Na madrugada de 16 para 17 de fevereiro de 1934, uma comissão de oficiais do 21º BC, partidários do Partido Popular, dirigiu-se à residência do interventor, onde lhe sugeriram que renunciasse à interventoria.⁷⁴

70 *Idem, op. cit.*, Cap. II.

71 *Id. Ibid.*, p. 153.

72 COSTA, H. *op. cit.*, Cap. II.

73 SPINELLI, *op. cit.*, Cap. III.

74 Este episódio é narrado em COSTA, *op. cit.*, pp. 38-9.

Do lado de Mário Câmara, estava a Guarda Civil, criada em 1932 por Café Filho, quando chefe de polícia do interventor Bertino Dutra.⁷⁵

A partir de então, sucederam-se as denúncias de violências, coações e tiroteios, com vários assassinatos, por parte das duas facções em que se dividira a política estadual. O clima de tensão aumentou quando, a 3 de maio de 1934, foi assassinado em Apodi (RN) o chefe local do Partido Popular, Francisco Pinto, supostamente a mando do prefeito da cidade, Luís Leite, aliado do interventor. Imediatamente o PP acusou Mário Câmara de conivência com o crime.⁷⁶

Esgotadas todas as possibilidades de conciliação com o Partido Popular, Mário Câmara fundou, a 26 de junho, o Partido Social Democrático (PSD), a fim de participar do pleito de 14 de outubro de 1934.⁷⁷

Em agosto começou a campanha eleitoral, marcada por violências. No dia 13, um comício de uma caravana do Partido Popular na cidade de Parelhas degenerou em conflito com partidários de Mário Câmara, resultando em um morto e dois feridos.⁷⁸ Outras cenas semelhantes ocorreriam, com ambas as partes acusando-se mutuamente.

Segundo José Antonio Spinelli, “(...) *A propaganda da Aliança Social apresentava o Partido Popular como o partido da grande burguesia, dos ‘açambarcadores do alto comércio’, contraposto à Aliança Social como representativo da pequena burguesia, da ‘maioria dos pobres e humildes’, o que mais se aproximaria do operariado.*”⁷⁹

A 7 de setembro de 1934 realizou-se no estado o Congresso do PSN que elegeu Café Filho presidente do partido e candidato à Câmara Federal. Visando à uma composição para as eleições legislativas de outubro, Café Filho e Mário Câmara iniciaram conversações, que resultaram na aliança entre PSN e PSD. Dessa aliança resultou a formação de um novo partido para disputar as eleições, a Aliança Social (AS).⁸⁰

75 Ver COSTA, *op. cit.*, Cap. II

76 COSTA, *op. cit.* p. 37.

77 *Idem, op. cit.*, p. 37.

78 *Id. Ibid.*, p. 38.

79 SPINELLI, *op. cit.*, p. 170.

80 *Idem, op. cit.*, p. 170.

No começo de outubro, com a proximidade das eleições, José Augusto enviou um documento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no qual relatava a gravidade da situação política no Rio Grande do Norte e solicitava o envio de tropas federais para garantir as eleições.

A 8 de outubro, o TSE rejeitou o pedido de intervenção de forças federais, colocando a força pública à disposição dos juizes das zonas eleitorais. Concedeu, também, grande número de *habeas copus* impetrados por candidatos do Partido Popular que alegavam sofrer coações da Aliança Social.⁸¹

A 14 de outubro, finalmente, realizaram-se as eleições para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, em meio a um clima de radicalização política e de denúncias de coações de parte a parte. A 25 de novembro, foi divulgado pelo Tribunal Regional Eleitoral o resultado inicial do pleito, dando a vitória ao Partido Popular. Todavia, a Aliança Social solicitou e obteve do TSE a impugnação de várias urnas no interior do estado, sendo marcadas eleições suplementares para fevereiro de 1935 em 23 municípios.⁸²

Começava, então, uma longa batalha judicial, que se arrastaria até 16 de outubro de 1935, quando o TSE finalmente proclamou, por unanimidade, a vitória do Partido Popular, com 14 deputados eleitos contra 11 da Aliança Social.⁸³ Segundo Spinelli:

*“O período 1933-35 testemunhou uma crise de acomodação entre o poder central e a classe dominante local, no Rio Grande do Norte. O fato de que a crise tenha sido tão prolongada (o último Estado a dar posse ao governador constitucional) e de que o seu desfecho só tenha se dado, de fato, com a insurreição comunista de novembro de 1935 foi decorrente, em larga medida, da ambigüidade política ou da extrema manipulação de Vargas, apoiando aparentemente, ao mesmo tempo, as duas correntes em luta (a facção interventorial e a dos políticos ligados ao ‘antigo regime’) e postergando uma solução definitiva”.*⁸⁴

81 COSTA, *op. cit.*, p. 43.

82 *Idem, op. cit.*, p. 44.

83 *Id. Ibid.*, p. 49.

84 SPINELLI, *op. cit.*, p. 128.

Entrementes, a atmosfera de violência política no estado parecia aumentar dia a dia.

A 13 de fevereiro de 1935, foi assassinado em Acari (RN) o engenheiro agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-governador e prócer do Partido Popular Juvenal Lamartine. Este assassinato, praticado por uma volante policial comandada pelo tenente Oscar Mateus Rangel, teve enorme repercussão, contribuindo para acirrar os ânimos no estado, com os “populistas” acusando os “camaristas” e “cafeístas” pelo crime.⁸⁵

Em março, durante o carnaval, um conflito entre soldados do 21º BC e membros da Guarda Civil terminou com seis mortos (dois soldados do 21º BC, dois guardas civis e dois “populares”) no bairro da Ribeira, em Natal.⁸⁶

Este último fato teve conseqüências: em setembro, numa entrevista à imprensa na Bahia, o comandante do 21º BC, major Josué Freire, reafirmou as acusações contra o interventor Mário Câmara sobre os incidentes do carnaval. Em resposta, Café Filho discursou na Câmara Federal chamando a atenção para a proibição legal de pronunciamentos políticos por parte de militares. Tal discurso parece ter surtido efeito, pois pouco tempo depois o comandante do 21º BC foi afastado, assumindo o posto o comandante do 25º BC do Ceará, capitão Liberato Barroso.⁸⁷

Confirmada a vitória do Partido Popular nas eleições pelo TSE, a 19 de outubro instalou-se formalmente a Assembléia Constituinte Estadual encarregada de eleger o novo governador.

Como os eleitores seriam os deputados, a escolha do candidato do Partido Popular, Rafael Fernandes, estava mais que assegurada: como era esperado, Rafael Fernandes foi eleito governador a 29 de outubro por 14 votos do Partido Popular contra 11 dados pela Aliança Social ao desembargador Elviro Carrilho.⁸⁸

A 27 de outubro, Mário Câmara entregou o cargo de interventor ao comandante do 21º BC, capitão Liberato Barroso. No dia 29, antes da escolha indireta de Rafael Fernandes,

85 *Idem, op. cit.*, pp. 184-5.

86 COSTA, *op. cit.*, p. 45-6.

87 *Idem, op. cit.*, p. 47.

88 *Id. Ibid.*, p. 51-2.

ele embarcou para o Rio de Janeiro. Nesta ocasião, irrompeu um tumulto em meio à multidão presente ao cais do porto para a despedida do interventor, iniciando-se um conflito entre partidários de Mário Câmara e do Partido Popular, resultando em dois mortos e vários feridos no Café Cova da Onça, na rua Tavares de Lyra, na Ribeira.⁸⁹

Vale lembrar que o Partido Popular e a Aliança Social, malgrado a extrema polarização política entre estas duas facções, não eram os únicos partidos políticos atuantes no Rio Grande do Norte. Além destes, participaram das eleições de 14 de outubro de 1934 no estado a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido União Operária e Camponesa do Brasil (Este último, segundo o historiador Ronald H. Chilcote, era uma saída legal para o PCB, uma vez que este estava proibido de atuar legalmente.⁹⁰)

Quanto à AIB, esta constituía uma versão brasileira do fascismo em ascensão na Europa, com posturas radicalmente nacionalistas e anticomunistas. Fundada nacionalmente a 7 de outubro de 1932, tinha como chefe nacional o paulista Plínio Salgado. Nos anos que vão de sua fundação a 1935, a política nacional caminhou para uma polarização ideológica entre os integralistas e os comunistas, registrando-se vários incidentes graves e conflitos de rua entre militantes dos dois pólos ideológicos, inclusive no Rio Grande do Norte.⁹¹

A seção norte-riograndense da AIB foi fundada a 14 de julho de 1933, tendo à frente importantes figuras da vida política e intelectual do estado, como o professor Francisco Veras Bezerra, o folclorista Luís da Câmara Cascudo, o advogado Miguel Seabra Fagundes e o professor Otto de Brito Guerra.

89 *Id. Ibid.*, p. 51.

90 CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. P. 76. O PCB fora colocado na ilegalidade pela primeira vez a 5 de julho de 1922, pouco mais de três meses após sua fundação. De volta à vida legal a 1º de janeiro de 1927, foi posto novamente na clandestinidade em agosto do mesmo ano. Somente em março de 1945, com o fim do Estado Novo, o partido recuperaria seu estatuto legal, até maio de 1947, quando teve o registro cassado, voltando à legalidade apenas em 1985, com o fim do regime militar.

91 Por exemplo, a chamada "Batalha da Praça da Sé" em São Paulo, entre integralistas e antifascistas, no dia 7 de outubro de 1934. A AIB seria o principal suporte político do golpe que inuagurou a ditadura do Estado Novo de Vargas, a 10 de novembro de 1937, mas depois tentaria um golpe contra Vargas, em maio de 1938, depois que foi decretada a sua dissolução pelo governo. Sobre a AIB, ver TRINDADE, Hélio. *Integralismo, fascismo brasileiro da década de 30*. Para mais detalhes sobre a AIB no RN, ver COSTA, *op. cit.*, pp. 67-9 e CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena história do Integralismo no Rio Grande do Norte*.

No Rio Grande do Norte a AIB conseguiu sua maior penetração nas cidades de Acari e Currais Novos, no Seridó, incluindo-se entre seus adeptos na região o padre Walfredo Gurgel e o maestro Filinto Lúcio, além de Mossoró, onde o núcleo integralista tinha mais de 100 membros.⁹²

Em Natal, os integralistas tinham como porta-voz o jornal católico *A Ordem* e uma coluna diária no jornal governamental *A República*, o que demonstra, segundo Spinelli, que para os setores no poder “o integralismo talvez fosse uma forma de neutralizar a influência comunista entre as massas populares”.⁹³

Um fato a se ressaltar era o apoio católico à AIB, embora isto não implicasse um comprometimento oficial, como ressalta o jornalista Luiz Gonzaga Cortez.⁹⁴ No tocante à composição social do movimento integralista potiguar, afirma Spinelli:

*“(...) A classe média tradicional, ligada à estrutura econômica e social da agroexportação, compunha os quadros do movimento no Rio Grande do Norte: intelectuais católicos conservadores, profissionais liberais, pequenos comerciantes, professores. A classe operária, ao que parece, não foi atraída pelo integralismo. Quanto aos grandes proprietários do campo e à burguesia, não aderiam nem combatiam o movimento, mas o toleravam. Nisto, as classes dominantes revelaram agir com um fundamentado cálculo político, atentos ao papel do integralismo como meio de contenção contra a organização operária e o avanço do ‘comunismo’”.*⁹⁵

Por sua vez, o núcleo estadual da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi criado formalmente no Rio Grande do Norte em abril de 1935, com a participação do PCB, com a inauguração de uma pequena sede no centro da cidade.

92 SPINELLI, *op. cit.*, p. 173.

93 *Idem*, *op. cit.*, p. 173.

94 CORTEZ, Luiz Gonzaga. *op. cit.*, p. 17.

95 SPINELLI, *op. cit.*, p. 174.

Segundo Robert Levine, a ANL no estado não conseguiu atrair mais do que “*umas poucas dezenas de pessoas. Imprimia e distribuía panfletos e tinha uma sede minúscula por cima de uma loja no centro comercial de Natal*”.⁹⁶

Afirma Homero Costa que a ANL não teve no Rio Grande do Norte o mesmo crescimento observado em outras capitais, sendo que as únicas manifestações públicas ocorreram por ocasião da visita de uma caravana da ANL a Natal, chefiada por Roberto Sissón e João Cabanas, em junho de 1935, que no entanto “*não atraiu um número muito grande de pessoas*”.⁹⁷

Durante a campanha eleitoral, a ANL manteve uma atitude de oposição às duas facções em luta (Aliança Social e Partido Popular).

Com a proibição legal da ANL, a 11 de julho de 1935, os poucos núcleos existentes no estado, inclusive dentro do 21º Batalhão de Caçadores, deixaram formalmente de existir, não havendo qualquer registro de manifestação de protesto no estado.

Assim, segundo Homero Costa, “*De julho a novembro de 1935, quando ocorre a insurreição do 21º BC, o que pode ser considerado como seus núcleos organizativos, que continuaram a existir após a decretação da ilegalidade, são militantes do Partido Comunista*”.⁹⁸

No tocante ao novo governador, Rafael Fernandes, assim que assumiu o governo do estado a 29 de outubro de 1935 este tratou logo de promover uma depuração nos cargos públicos dos partidários do ex-interventor Mário Câmara.

Isto mais o clima de intranquilidade existente na capital potiguar (com tropas de outros estados só se retirando a 7 de novembro, nove dias após o governador eleito tomar posse), iria contribuir, e muito, para a eclosão do levante no 21º Batalhão de Caçadores, para cujo comando ele nomeou, a 4 de novembro, o tenente-coronel gaúcho José Otaviano Pinto Soares.

96 LEVINE, R. *op. cit.*, p. 163. *Apud* COSTA, *op. cit.*, p. 65.

97 COSTA, *op. cit.*, p. 66.

98 *Idem. op. cit.*, p. 66.

A 30 de outubro, um dia após a posse de Rafael Fernandes, um grupo com cerca de 300 homens armados, liderados pelo “coronel” e correligionário de Mário Câmara Baltasar Meirelles, invadiu vários municípios do oeste do estado, a partir de Apodi, dando vivas a Mário Câmara e “morrás” a Rafael Fernandes.⁹⁹

Segundo diz Spinelli, este tumulto

*“seria parte de uma articulação mais ampla, arquitetada pelos partidários da Aliança Social, que contariam para isso com decisivo apoio federal. Este teria sido retirado à última hora, o que talvez tenha motivado as declarações de Mário Câmara, após entregar o cargo, de que havia sido traído por Vargas”.*¹⁰⁰

Com a ajuda de forças policiais da Paraíba e do Ceará, tal grupo seria disperso pelo interior.

No cerne da agitação revolucionária em Natal estava o quartel do 21º Batalhão de Caçadores, de artilharia, transferido recentemente de Recife após ter lutado em São Paulo durante a “Revolução” constitucionalista de 1932 e que já se revoltara, antes, em 1931, em Pernambuco.¹⁰¹

Segundo o pesquisador Robert Levine, a célula da ANL no quartel tinha 27 membros, em geral soldados rasos e oficiais subalternos.¹⁰²

O moral era baixo e as condições do quartel, precárias, o que aumentava a inquietação e o descontentamento entre os praças, tornando o local um ambiente fértil para a pregação comunista. *“Os soldados, fartos de serem transferidos repetidamente de unidade em unidade nos últimos meses, estavam inquietos. Muitos deles indignavam-se com as precárias condições de vida no quartel e com as atividades políticas de seus superiores hierárquicos.”*¹⁰³

99 *Id. Ibid.*, p. 52-3.

100 SPINELLI, *op.cit.*, p. 201.

101 Sobre a revolta do 21º BC em Recife em 1931, ver: CAVALVCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes*. pp. 90-5.

102 LEVINE, *op. cit.*, p. 163.

103 *Idem. op. cit.*, p. 163.



O quartel, afirma Levine com base no depoimento de um de seus comandantes, “‘é uma espécie de telheiro ou estábulo, sem conforto nem higiene’. O material de instrução (...) era a tal ponto inadequado que os soldados não tinham alvo nem munição”¹⁰⁴

Para agravar a situação, o recém-empossado governador decidiu extinguir a 20 de novembro pelo decreto n. 19 a Guarda Civil, acusada durante toda a campanha eleitoral de abrigar “cangaceiros a soldo do interventor”¹⁰⁵ e criou a Inspetoria de Polícia, com homens de sua inteira confiança.¹⁰⁶

Tal medida colocou na rua cerca de 300 homens armados, segundo Furtado,¹⁰⁷ ou 450, segundo Levine,¹⁰⁸ os quais, segundo Furtado, “(...) passaram a sofrer fome com suas famílias. Era um problema social artificial e criminosamente criado pelo novo governo, além de um caldo de cultura de revolta dos injustiçados sem culpa (...).”¹⁰⁹

Entretanto, segundo Homero Costa, o número de membros da Guarda Civil foi insignificante e não teve a importância decisiva que alguns lhe atribuem.¹¹⁰ Do total de 695 indiciados em Natal, 238 eram militares do 21º BC, dos quais apenas 39 condenados, enquanto somente 20 guardas civis seriam indiciados, com 12 condenações.¹¹¹

2.2. A classe trabalhadora e o Partido Comunista no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte a classe trabalhadora era bastante reduzida: segundo Itamar de Souza, com base no Censo Demográfico de 1920, havia no estado 197 estabelecimentos industriais, microindústrias como fábricas de sabão, bebidas, etc.¹¹² O número de operários chegava a somente 2.146, uma média de 11 por indústria.¹¹³

104 *Id.*, *ibid.*, p. 172.

105 COSTA, *op. cit.*, p. 54.

106 DIÁRIO OFFICIAL DO ESTADO, 20/11/1935

107 FURTADO, *op. cit.*, p. 122.

108 LEVINE, *op. cit.*, p. 162.

109 FURTADO, *op. cit.*, p. 122.

110 COSTA, *op. cit.*, p. 54.

111 *Idem*, *op. cit.*, pp. 162-3.

112 SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*. P. 78.

Na sua grande maioria, os operários *“trabalhavam nas salinas de Macau, Areia Branca e Canguaretama; nas ferrovias Great Western e Estrada de Ferro Central, nos portos de Natal e de outras cidades marítimas; na indústria de alimentos e de bebidas, assim como no setor gráfico”*.¹¹⁴

As primeiras manifestações operárias foram registradas na República Velha, com o aparecimento das primeiras organizações da classe trabalhadora nas cidades portuárias, *“onde sempre foi mais fácil o contato com as idéias que circulavam nos centros populacionais mais desenvolvidos do país”*.¹¹⁵

Os primeiros sindicatos surgem, de um lado, com a participação do Partido Comunista e, de outro, por obra do advogado João Café Filho, especialmente a partir de 1926. A repressão do governo a qualquer mobilização da classe operária era intensa, atingindo tanto comunistas quanto cafeistas, coerentemente com a orientação dos governos da Primeira República, para os quais *“a questão social era um caso de polícia”*.

Sobre o surgimento do Partido Comunista no estado a única fonte disponível, segundo Homero Costa,¹¹⁶ é o depoimento do sapateiro José Praxedes ao jornalista Moacyr de Oliveira Filho em 1984.

Segundo este depoimento, o PC começou a organizar-se no estado em novembro de 1926, quando um grupo de sapateiros, entre os quais estava o próprio Praxedes, fundou no Rio Grande do Norte o primeiro núcleo comunista.¹¹⁷

Apesar do pequeno número do operariado local, o PCB teve uma participação decisiva na fundação de alguns sindicatos, como o dos salineiros em Mossoró e o dos sapateiros e estivadores em Natal.

Sobre a atuação sindical do PCB no estado, disse o chefe de polícia da capital potiguar, João Medeiros Filho: *“(...) no tocante à ordem social, Natal, Mossoró e Areia Branca eram tidos como verdadeiros quartéis-generais dos agentes do Moscou (sic)”*.¹¹⁸

113 *Idem, op. cit.*, p. 78.

114 *Idem, op. cit.*, p. 78.

115 *Id. Ibid.*, p. 78.

116 COSTA, *op. cit.*, p. 62.

117 OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 32.

118 MEDEIROS Fº, João. *Meu Depoimento*, p. 45, *apud* COSTA, *op. cit.*, 64.

A partir de então o PCB passaria a competir com os sindicatos “cafeístas”, os quais estavam, segundo Homero Costa, “*mais preocupados em manter a ordem do que ampliar a organização dos trabalhadores.*”¹¹⁹

Com a “revolução” de 1930, Café Filho seria sugestivamente nomeado chefe de polícia, integrando-se ao aparelho de estado. Segundo Spinelli,

*“Neste momento o cafeísmo perdeu suas características heróicas da primeira fase. Se nos anos 20 ele fora instrumento de revolta e protesto contra uma ordem liberal excludente que marginalizava inapelavelmente as massas urbanas e a classe operária em particular, agora, nos anos 30, ele se convertera em mera ideologia, ideologia de manipulação, de imposição do projeto de sindicalização nos moldes corporativos, apoiado no aparato repressivo e centrado na idéia de colaboração.”*¹²⁰

O período 1930-1932 pode ser considerado como de estagnação do movimento operário no estado.¹²¹

De julho de 1932 a junho de 1933, na interventoria de Herculino Cascardo, considerada por Homero Costa “*a mais progressista das interventorias*”,¹²² um ambiente mais favorável à organização da classe trabalhadora incentivou a sindicalização, sendo a maior expressão disso a criação, em 1932, da União Geral dos Trabalhadores (UGT), sob orientação do Partido Comunista. Não obstante, no período compreendido entre 1932 e 1934 não há registro de movimento grevista.¹²³

Foi somente a partir de meados de 1934 que se deu um ascenso das greves no Rio Grande do Norte, como resultado do ambiente político nacional, que vivia uma fase de abertura com o fim do Governo Provisório e o início do Governo Constitucional de Vargas.

119 COSTA, *op. cit.*, p. 56.

120 SPINELLI, *op. cit.*, p. 96.

121 COSTA, *op. cit.*, p. 56.

122 *Idem*, *op. cit.*, p. 56.

Em julho desse ano os operários da estrada de ferro em Mossoró entraram em greve, reivindicando um aumento salarial de 100%, seguindo-se a adesão de outras categorias, como os salineiros de Mossoró e Macau.¹²⁴

No dia 12 de fevereiro de 1935 os operários da Cia. Força e Luz (Light), que monopolizava os serviços de bondes, telefone e energia elétrica em Natal, cruzaram os braços, seguindo-se uma greve geral na cidade, inclusive com ocupação das instalações da empresa pelos operários, que só terminou a 19 de fevereiro.¹²⁵

Outras greves ocorreram, como a dos motoristas de táxi, em março.¹²⁶

Em agosto realizou-se na sede da União dos Estivadores de Natal o I Congresso da Unidade Sindical, articulado pelo PCB.¹²⁷

A 7 de novembro, em Mossoró, iniciou-se a greve dos ferroviários da Great Western, que teve ramificações na Paraíba, Pernambuco e Alagoas, só terminando a 11 de novembro.¹²⁸

Segundo Gregório Bezerra, esta greve contou com a simpatia e o apoio até mesmo de alguns soldados do 29º BC que haviam sido mobilizados para reprimir a greve.¹²⁹

Quanto ao PCB, este realizou em abril de 1935 a sua Primeira Conferência Estadual em Natal, na qual foi eleita a direção do partido no estado, composta de José Praxedes, Lauro Lago, Francisco Moreira e Raimundo Reginaldo.

Nesta Conferência, também foi criado o núcleo estadual da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a União Feminina, órgão ligado ao PCB e à ANL.¹³⁰

Na opinião de Levine, o PCB não desempenhou um papel fundamental nas greves e agitações operárias irrompidas no Rio Grande do Norte entre 1934 e 1935. Segundo o brasileiro norte-americano

123 *Id. Ibid.*, p. 58.

124 *Id. Ibid.*, p. 58.

125 *Id. Ibid.*, p. 58-9.

126 *Id. Ibid.*, p. 59.

127 *Id. Ibid.*, p. 59-60.

128 *Id. Ibid.*, pp. 58-61.

129 BEZERRA, Gregório. *Memórias (1ª parte: 1900-1945)*, pp. 239-240.

130 COSTA, *op. cit.*, pp. 61-3.

*Embora o PCB se atribuísse a agitação trabalhista na área, é impossível estabelecer que grau de participação teve efetivamente nas greves esporádicas anteriores a 1935. Provavelmente, o papel dos agentes do partido foi pequeno. Mesmo o cronista conservador da região admite que a agitação local nutria-se mais de desespero econômico que de radicalismos importados”.*¹³¹

Além dos sindicatos de motoristas, estivadores, salineiros e funcionários públicos, o PCB organizou os poucos núcleos da ANL de abril a julho e iniciou um trabalho de organização dentro do quartel do 21º BC, principalmente entre cabos e sargentos.

Segundo o general Antônio Carlos Muricy, na única referência existente sobre a quantidade de militantes comunistas dentro do quartel, “o número de elementos comprovadamente pertencentes a células comunistas do batalhão montava seguramente a 57.”¹³²

Como parte do plano nacional de insurreição comunista, chegaram a Natal vários agentes do PCB encarregados de contatar a direção estadual do partido.

Conforme afirma Homero Costa, de março a julho de 1935 esteve em Natal, no quartel do 21º BC, o capitão do 29º BC de Pernambuco Otacilio Alves de Lima.

Segundo Homero Costa, tudo indica que ele tenha contribuído para a formação de alguns núcleos da ANL dentro do quartel.¹³³

Em agosto, esteve em Natal, chegado recentemente de Moscou, o capitão Silo Meirelles.

Ambos os oficiais eram “tenentes históricos”, homens de confiança de Luís Carlos Prestes no Nordeste, e teriam uma participação decisiva na revolta do 29º BC em Recife, a 24 de novembro de 1935.

131 LEVINE, *op. cit.*, p. 163.

132 MURICY, Antônio Carlos. *A guerra revolucionária comunista e o episódio de novembro de 1935*. p. 31, *apud* COSTA, *op. cit.*, p. 141.

133 COSTA, *op. cit.* p. 141.



Paralelamente a essas articulações revolucionárias, e em conformidade com elas, irrompeu em julho de 1935 um movimento guerrilheiro na Várzea do Açu, com cerca de 200 homens, que pôs em xeque as forças policiais da região.¹³⁴

As informações sobre este movimento, definido pelo jornal *A República* como “*cangaceirismo açoitado por um credo exótico*,”¹³⁵ são escassas. Segundo o escritor católico e integralista Manuel Rodrigues de Melo, o fenômeno teria causas sociais, políticas e até raciais, mas a principal explicação seria religiosa:

*“o estado de disponibilidade religiosa em que sempre viveram os habitantes da Várzea do Açu, nunca se aproximando do sacramento a não ser em dia de casamento, ou raramente na hora da morte, deu lugar a que o protestantismo, pela ação nefasta de seus pastores, em sua grande maioria analfabetos, desenvolvesse naquela região uma propaganda intensa, chegando a conquistar povoados inteiros para a sua crença.”*¹³⁶

Desse modo, nas palavras do escritor potiguar, “*‘A casa dos cultos’, tão freqüentada antes, degenera em valhacouto de comunistas perigosos (sic), que levam a toda a região da várzea a chama vermelha da revolução.*”¹³⁷

Segundo Homero Costa, tal guerrilha, comandada por Manuel Torquato e Miguel Moreira, “*(...) era parte da preparação no estado do levante que o Partido Comunista articulava em nível nacional.*”¹³⁸

Na opinião de Brasília Carlos Ferreira, a guerrilha teve desde o início um caráter puramente defensivo: “*o objetivo era manter coeso o grupo que estava na clandestinidade preparando-se para intervir na revolução que estava prestes a eclodir.*”¹³⁹

134 *Idem, op. cit.*, p. 70-1.

135 *Id. Ibid.*, p. 70.

136 MELO, Manuel R. *Várzea do Açu*. pp. 155-6, *apud* COSTA, *op. cit.*, p. 74.

137 *Idem, op. cit.*, p. 169, *apud* COSTA, *op. cit.*, p. 74.

138 COSTA, *op. cit.*, p. 71. P. 188, *apud* COSTA, P. 71.

139 FERREIRA, Brasília C. *O sindicato do garrancho*. p. 188, *apud* COSTA, *op. cit.* p. 71.

Ainda segundo Homero Costa, tal guerrilha foi citada por “Marques” (Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”), delegado brasileiro no VII Congresso da Internacional Comunista em Moscou em agosto de 1935, o qual afirmou, entre outras fantasias, que em Mossoró se havia constituído, em princípio de 1935, um “*governo revolucionário, que se apoderou de uma grande parte da cidade, opondo aos ataques da policia uma resistência que durou mais de 15 dias.*”¹⁴⁰

Na verdade, tal governo nunca existiu, nem tampouco houve ataques policiais à cidade.

A guerrilha envolveu-se em algumas escaramuças com forças policiais e jagunços a soldo dos fazendeiros da região, durando até princípios de 1936, quando seus membros se dispersaram após o assassinato de Manuel Toquato por um integrante do movimento, Feliciano Pereira de Souza.¹⁴¹

Estava montado, assim, o cenário para os acontecimentos de novembro de 1935, cujo levante do 21º BC em Natal será o ato inicial.

140 COSTA, *op. cit.*, p. 72.

141 *Idem, op. cit.* p. 76.

3. A REBELIÃO COMUNISTA DE NOVEMBRO DE 1935

3.1. O levante do 21° BC em Natal

Sobre os fatos relativos à rebelião comunista de 1935 em Natal já existe uma razoável bibliografia.¹⁴² O que faremos aqui será tentar descrever, em linhas gerais, os aspectos fundamentais da revolta.

O dia 23 de novembro, um sábado, amanheceu calmo. Nada havia que pudesse prenunciar um levante naquele dia, exceto uma informação, que revela a situação de descontentamento entre os militares do 21° BC:

"(...) A novidade desta manhã é a chegada de um documento endereçado ao comandante do 21° BC pelo general Manoel Rabello, da 7ª Região Militar, autorizando o licenciamento de praças com tempo vencido e de alguns envolvidos em incidentes poucos dias antes. Foram licenciados pouco mais de 30 praças. Como era sábado, ficou para segunda-feira, dia 25, a continuação das dispensas, que atingiriam também alguns cabos e sargentos".¹⁴³

No quartel do 21° BC, às 19:30 h, irrompeu a insurreição.

O sargento-músico Quintino Clementino de Barros, o cabo Giocondo Dias e o soldado Raimundo Francisco de Lima aproximaram-se dos sentinelas e do oficial do dia e Giocondo, apontando um fuzil, deu-lhes voz de prisão, *"em nome do capitão Luís Carlos Prestes."*¹⁴⁴

Rapidamente e sem que houvesse qualquer resistência, os rebeldes ocuparam os lugares estratégicos do quartel.

¹⁴²No trabalho de reconstituição histórica dos fatos relativos ao levante em Natal, valemo-nos sobretudo de duas obras: COSTA, *op. cit.* e VIANNA, *op. cit.*, pp. 185-216, certamente os dois trabalhos mais completos sobre o tema. Para maiores informações sobre a bibliografia referente ao levante de 1935 ver: COSTA, *op. cit.*, cap. V, pp. 128-136.

¹⁴³COSTA, *op. cit.*, p. 85.

¹⁴⁴COSTA, *op. cit.*, p. 86.

Os oficiais foram recolhidos à prisão, improvisada no cassino do quartel, enquanto os presos que estavam no xadrez eram soltos e era decretada uma série de toques de recolher, acompanhada de vários tiros para o alto disparados pelo cabo Giocondo Dias da torre do quartel, como sinal de que a revolta começara.

Nesse momento, juntamente com os soldados, "(...) *Um grupo de civis, incluindo algumas mulheres, invade o quartel, se fardando e se armando. O maior número era constituído de estivadores, tendo à frente o presidente do Sindicato da União dos Estivadores, João Francisco Gregório. (...)*"¹⁴⁵

Segundo Robert Levine, os revoltosos contaram com o apoio de cerca de um quarto da guarnição de 450 homens do quartel (aproximadamente 110 homens, dos quais nenhum oficial).¹⁴⁶

Tomado o quartel do 21º BC, os insurretos, com os sargentos Quintino Clementino e Eliziel Diniz à frente, trataram de ocupar em várias colunas os pontos estratégicos da cidade.

O cabo Giocondo Dias, que se destacara no início da revolta, fora encaminhado ao hospital Miguel Couto, segundo seu próprio depoimento, após ter sido ferido em tiroteio com policiais militares quando se dirigia com alguns soldados para o Teatro Carlos Gomes, onde pretendia prender o governador e outras autoridades.¹⁴⁷

Àquela mesma hora, o governador Rafael Fernandes e os membros de seu secretariado encontravam-se no Teatro Carlos Gomes (atualmente Teatro Alberto Maranhão), onde assistiam a uma solenidade de formatura de alunos do Colégio Santo Antônio (turma de contabilistas). Ao ouvir os tiros vindos da rua, o público pôs-se a fugir do local, o mesmo ocorrendo ao governador e aos membros do governo, que se refugiaram na residência de Xavier Miranda. No dia seguinte, ao se inteirarem dos acontecimentos no 21º BC, dirigiram-se à casa de Guilherme Letiere, cônsul-honorário da Itália, onde ficaram até o final do movimento.

145 *Idem, op. cit.*, p. 86.

146 LEVINE, *op. cit.*, p. 164.

147 DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas*, p. 152.

Enquanto isso, o prefeito de Natal, Gentil Ferreira, seu chefe de gabinete Paulo Viveiros e o diretor do jornal *A República*, Edgar Barbosa, abrigaram-se na casa de Amador Lamas, logo transformada em consulado chileno.¹⁴⁸ O chefe de polícia, João Medeiros Filho, teve menos sorte: ao se dirigir ao quartel do 21º BC, para saber do que se tratava, foi feito prisioneiro pelos rebeldes.¹⁴⁹ Várias famílias abastadas da cidade, em busca de segurança, refugiaram-se nas três corvetas mexicanas surtas no porto.¹⁵⁰

Os insurretos tomaram rapidamente o Batalhão de Cavalaria da Polícia Militar e a Casa de Detenção (atual Centro de Turismo), onde soltaram 68 presos.¹⁵¹ Outros pontos tomados pelos insurretos foram a Escola de Aprendizes e Marinheiros, no bairro de Alecrim, e o liceu Atheneu (onde havia um Tiro de Guerra).

A única resistência efetiva veio do Quartel da Polícia Militar. Ali, os soldados da PM, liderados por seu comandante, major Luís Júlio, e pelo comandante do 21º BC, tenente-coronel José Otaviano Pinto Soares, resistiram por 19 horas ao assédio dos revoltosos (das 20:00 h de sábado até as 14:00 h de Domingo, 24 de novembro).¹⁵² Ao final de intenso tiroteio, o quartel encontrava-se todo crivado de tiros de fuzil e rajadas de metralhadora.

Esgotada a munição do quartel, os defensores tentaram fugir por um matagal existente por trás do quartel (atual Casa do Estudante de Natal), lançando-se às águas do rio Potengi. Com exceção do tenente Francisco Bilac de Farias, que conseguiu alcançar a nado o outro lado do rio, na Redinha, foram todos feitos prisioneiros pelos rebeldes.¹⁵³ Um oficial – o tenente José Paulino de Medeiros –, conhecido como “tenente Zuza” e muito ligado ao grupo de Mário Câmara, foi gravemente ferido pelos rebeldes com uma rajada de metralhadora quando tentava resistir à prisão, tendo depois de amputar o antebraço esquerdo.¹⁵⁴

148 COSTA, *op. cit.*, PP. 87-8.

149 *Idem, op. cit.*, p. 88.

150 *Id. Ibid.*

151 *Id. Ibid.* p. 93.

152 *Id. Ibid.*, p. 89-91.

153 *Id. Ibid.*, p. 90.

154 *Id. Ibid.*, p. 90.

Houve apenas uma baixa fatal no combate do quartel da PM: o “soldado” Luiz Gonzaga, conhecido como “Doidinho”.¹⁵⁵

Sobre esta morte vale a pena fazer um parêntese. Durante anos sustentou-se a versão de João Medeiros, de que se tratava de um soldado da PM morto pelos insurretos, logo transformado em herói pela PM. Em seu livro de memórias, porém, João Maria Furtado, ex-juiz da comarca de Baixa Verde (atual João Câmara), com base em depoimentos de rebeldes, confirma que

*“realmente, morreu nas proximidades do quartel da policia um pobre demente que vivia perambulando pelas ruas de Natal, mas nunca fora soldado da policia militar. Entretanto o major Luis Julio resolveu ‘alistar’ depois de morto Luis Gonzaga como soldado da policia militar que, assim, teve uma morte de herói.”*¹⁵⁶

À primeira vista uma questão de pouca relevância, tal fato constitui, na verdade, um provável exemplo de falsificação histórica.

Aliás, em resposta a artigo do jornalista Luiz Gonzaga Cortez em que o mesmo afirma que houve adulteração no relatório em que Luiz Gonzaga teria sido inscrito como soldado *depois* dos acontecimentos (*O Poti*, 29-09-1985), o próprio João Medeiros Filho, em carta publicada no jornal *O Poti* de 12 de outubro de 1985, reconhece ter adulterado o relatório, mas que o fez “de boa fé”.¹⁵⁷

De fato, como observa Homero Costa em seu detalhado estudo sobre a insurreição de 1935 em Natal,¹⁵⁸ nos dias subseqüentes ao fracasso do levante o jornal oficial *A República* não faz qualquer referência à morte de soldado da policia militar.¹⁵⁹ Em nota intitulada “Algumas Victimias”, *A República* registra três mortes em Natal.¹⁶⁰

155 *Id. Ibid.* p. 91.

156 FURTADO, João Maria. *Vertentes (memórias)*. p. 128.

157 COSTA, *op. cit.*, pp. 91-2.

158 *Idem, op. cit.*, p. 92.

159 A REPÚBLICA, 28/11 a 5/12/1935.

160 A REPÚBLICA, 29/11/1935

Outra morte foi a de Arnaldo Lira, que fora preso na Redinha. Este, enviado à improvisada prisão da Vila Cincinato, envolveu-se numa briga com um soldado, sendo ferido mortalmente com um golpe de baioneta, vindo a falecer dias depois.

Vale destacar aqui a participação do motorista Epifânio Guilhermino de Oliveira, 29 anos, que junto com sua mulher, Leonila Félix, foi um dos mais atuantes rebeldes, acusado por João Medeiros Filho de ter tentado retirá-lo do xadrez do 21º BC, onde se encontrava detido pelos revoltosos, para então fuzilá-lo.¹⁶¹

No prontuário do Departamento de Ordem Política e Social do estado, consta o seguinte relato acerca das atividades de Epifânio Guilhermino durante a insurreição de novembro de 1935 em Natal:

“Epifânio Guilhermino, ainda no dia 24, acompanhado dos rebeldes Mamuel Justino Filho, Gaspar Martins Graça, Domicio Fernandes de Lima, José Alipio de Melo e algumas praças, fez requisição de automoveis, começando por apoderar-se de uma ‘Barata’ de propriedade do Sr. Severino Alves Bila, que guiada por Manuel Justino, conduziu os demais rebeldes até à rua General Glicério, tendo nesse momento, Epifanio com a alegação de experimentar o seu revolver alvejado o Sr. Otacilio Verneck, empregado da Comp^a. Nacional de Navegação Costeira, que se achava indefezado recostado o portão, em sua residencia, o qual caiu fulminado com tres ou quatro tiros disparados por Guilhermino (...).”

Após esta morte, ainda segundo o relatório policial, Epifânio Guilhermino comandou saques e depredações no comércio da cidade, o que indicaria que tais atos não foram espontâneos:

“Ainda à frente de dez ou doze rebeldes, armados e municados, [Epifânio Guilhermino] dirige-se ao Cartório Judiciário do tabelião Pedro Dias Guimarães, em cujo artigo, derramou gasolina e atirou fogo (sic) (...); No dia 25, Epifanio

161 MEDEIROS F^o, João. 82 horas de subversão (intentona comunista no Rio Grande do Norte. p. 23.

chefiando os doze rebeldes fardados e municados desceu para o comercio grosso da Ribeira iniciando assaltos, depredações e saques. (...) assaltou em seguida a Casa comercial da Viuva Machado (...). Neste ultimo saque, Epifanio (ilegível) com um rebelde de seu bando, provocou forte tiroteio, resultando ser Epifanio atingido por balas, sendo recolhido ao Hospital 'Miguel Couto', onde foi preso (...).”¹⁶²

Gravemente ferido, Epifânio Guilhermino receberia a maior pena dentre todos os indiciados e condenados por terem participado da insurreição de 1935 em Natal: 33 anos de reclusão.¹⁶³

Há de salientar que, pelo menos no que diz respeito à morte de Otacílio Werneck, para o bem da justiça tal crime não pode ser tributado na conta da insurreição, pois este foi um ato sem qualquer significado político. Tratou-se de um simples assassinato, por motivo torpe. O mesmo pode ser dito da morte de Arnaldo Lira, assassinado à baioneta por um soldado, na Vila Cincinato quando se recusou a entregar o relógio e a carteira.¹⁶⁴

3.2. O “Comitê Popular Revolucionário” de Natal

De posse da cidade, os insurretos instalaram na tarde de 24 de novembro uma Junta Revolucionária de cinco membros (autodenominada *Comitê Popular Revolucionário*), composta de: Quintino Clementino de Barros, sargento-músico do 21º BC, “secretário” da Defesa; Lauro Cortez Lago, diretor da Casa de Detenção de Natal, secretário do Interior e Justiça; João Batista Galvão, secretário do Atheneu norte-riograndense, secretário da Viação; José Praxedes de Andrade, sapateiro, secretário de Aproveitamento, e José Macedo, tesoureiro, secretário de Finanças.

¹⁶² *Relatório do Departamento de Ordem Política e Social*, Arquivo Público do Rio Grande do Norte.

¹⁶³ COSTA, *op. cit.*, p. 96.

¹⁶⁴ *Idem*, *op. cit.*, p. 101.

Destes membros da Junta, apenas um – José Praxedes – “*podia vangloriar-se de ter origem operária.*”¹⁶⁵ Constituída a Junta, esta se instalou na Vila Cincinato, na Praça Pedro Velho.

A primeira medida da Junta foi um decreto datado de 25 de novembro que dissolveu a Assembléia Legislativa e destituiu o governador Rafael Fernandes.

Seguiram-se outras medidas, como a redução da passagem dos bondes e a distribuição de boletins, assinados por José Praxedes e José Macedo, solicitando aos comerciantes e aos bancos a reabertura de seus estabelecimentos.

Afirma Levine que “*Nenhum integralista foi incomodado, embora a sede da ATB fosse destruída. A junta prometeu também que a propriedade da Igreja seria respeitada e que os membros do clero nada tinham a temer.*”¹⁶⁶

Apesar dessas solicitações e garantias da Junta, na segunda-feira, 25 de novembro, nem o comércio nem os bancos abriram. Necessitando urgentemente de dinheiro, os membros da Junta, tendo à frente o secretário de Finanças, José Macedo, e não encontrando as chaves do cofre do Banco do Brasil nem com o gerente nem com o contador, decidiram, então, arrombá-lo com um maçarico, retirando a quantia de 2:944:140\$500, que foi enviada em caixotes para a Vila Cincinato. Do prédio da Recebedoria de Rendas (na rua Duque de Caxias, Ribeira) foram retirados 93:873\$797.

Foram ainda requisitados da Prefeitura de São José de Mipibu 3:200\$000. Da Agência de Rendas Estadual foram retirados ainda 4:376\$000 e 154:178\$140 do cofre da Recebedoria de Rendas de Natal. Desta quantia, apenas uma pequena parte seria recuperada, ao fim da rebelião.¹⁶⁷

A balbúrdia era geral. Afirma Marly Vianna que “*O Domingo, 24, decorreu sem qualquer organização por parte dos rebeldes, que agiam conforme ordens dadas por diversos chefes eventuais.*”¹⁶⁸

165 LEVINE, *op. cit.*, p. 166.

166 *Idem*, *op. cit.*, p. 167.

167 COSTA, *op. cit.*, pp. 99-100.

168 VIANNA, *op. cit.*, p. 192.

De fato, somente após receberem a notícia do levante do 29º BC em Recife, no domingo à noite, já inteiramente donos da cidade e acreditando que em todo o país estivessem ocorrendo movimentos semelhantes, é que se colocou para os insurretos a organização da revolta.¹⁶⁹ Com a capital mergulhada na confusão, uma multidão arrombou e saqueou o comércio da cidade. Foram saqueadas várias casas comerciais na Ribeira.¹⁷⁰

À tarde do dia 25, a redação do jornal *A República* foi ocupada pelos insurretos. Os rebeldes utilizaram as oficinas para imprimir um jornal, *A Liberdade*, cujo único número não pôde sair às ruas, pois a rebelião já havia sido dominada. Toscamente confeccionado, o jornal é um importante documento sobre a insurreição de 1935 no Rio Grande do Norte, revelando em cada linha a ingenuidade e o baluartismo dos revolucionários potiguares.

Em sua primeira página, trazia dois artigos: “Delenda Fascismo” e “Sob a Aleluia Nacional da Liberdade”, informando que irrompera em todo o Brasil o movimento revolucionário, tendo aderido os estados da Paraíba e de São Paulo.¹⁷¹ Na realidade, o movimento já estava condenado.

Na manhã de 24, eclodiu a rebelião do 29º BC em Recife, sufocada após sangrentos combates. No dia seguinte, o presidente da República Getúlio Vargas obteve do Congresso o estado de sítio em todo o país. A 27 de novembro, o capitão Agildo Barata levantou o quartel do 3º R.I., na Praia Vermelha, ao mesmo tempo que agentes do PCB tentaram sublevar a Escola de Aviação Militar, sendo os revolucionários rapidamente dominados pelas forças do governo, com dezenas de mortes. O fato de os três levantes terem ocorrido em datas diferentes facilitou bastante o trabalho da repressão.

Vitorioso o levante em Natal, os insurretos trataram de expandir o movimento para os outros municípios do estado, formando três colunas rebeldes, que se dirigiram para o norte, para o Seridó e para o sul, em direção a João Pessoa. No total, os rebeldes se apoderaram de 17 municípios, quase a metade do estado, que tinha então 41 municípios.¹⁷²

169 *Idem*, *op. cit.*, p. 192.

170 *Id. Ibid.*, p. 103.

171 VIANNA, *op. cit.*, pp. 196-97.

172 COSTA, *op. cit.*, pp. 107-112.



Os únicos reveses sofridos pelas colunas rebeldes ocorreram em Serra Caiada e na Serra do Doutor, na tarde de 25 de novembro, quando uma parte da tropa que estava na cidade de Santa Cruz se deslocou para a cidade de Currais Novos.

Diante do avanço dos rebeldes, o “coronel” Dinarte Mariz e o vigário de Acari, monsenhor Walfredo Gurgel, arregimentaram alguns sertanejos para combater os insurretos, indo à Paraíba em busca de armas e munições. Quando a coluna rebelde passou pela Serra do Doutor, sofreu uma emboscada, batendo depois em retirada. Neste combate, segundo o jornalista Luiz Gonzaga Cortez, houve três mortos do lado da coluna.¹⁷³

Cortez, aliás, contesta a versão oficial dos fatos, dada por João Medeiros Filho,¹⁷⁴ segundo a qual Dinarte Mariz teria sido o “general” da Serra do Doutor. De acordo com depoimentos recolhidos com militantes integralistas do Seridó, Mariz e Gurgel só apareceram na Serra do Doutor por volta das 19:00 h, quando a luta já havia acabado.¹⁷⁵

Com as primeiras notícias da derrota da insurreição em Recife e da vinda para Natal de tropas federais, os insurretos de Natal debandaram. Como afirma Marly Vianna: “a maioria dos rebelados fugiu sem ter sido derrotada militarmente, mal chegaram as notícias da reação legalista.”¹⁷⁶ Dos cinco membros da junta, quatro seriam capturados nos dias seguintes ao fracasso da rebelião. Apenas um – José Praxedes – conseguiu escapar. Escondido, assumiu nova identidade, só sendo descoberto quase cinquenta anos depois, na Bahia, vindo a falecer pouco depois. Segundo Levine: “A revolução fracassou externa e internamente. A junta pouco fez para controlar os excessos cometidos em seu nome nas primeiras horas da insurreição; nas últimas, a população ignorou-a.”¹⁷⁷

173 CORTEZ, *op. cit.*, p. 35-7.

174 MEDEIROS F^o, João. *Meu Depoimento*. pp. 109-110.

175 CORTEZ, *op. cit.*, p. 36.

176 VIANNA, *op. cit.*, p. 201.

IV – A REPRESSÃO

No tocante à repressão governamental que se seguiu à derrota do levante, afirma Marly Vianna que “*interessava ao governo caracterizar o movimento como exclusivamente comunista.*”¹⁷⁸ isto porque, segundo Vianna: “*(...) Só um movimento preparado pelo PC (...) e com o respaldo de potente organização internacional justificaria a total ausência de reação no quartel do 21º e a desahalada fuga do governo estadual, mal ouvidos os primeiros tiros. Justificaria também o incrível episódio da prisão do chefe de polícia.*”¹⁷⁹

Paradoxalmente, a repressão atingiria não apenas os comunistas, mas todos os que se indispunham de algum modo com o governo, assumindo no Rio Grande do Norte o caráter de desforra política contra os partidários de Mário Câmara por parte do governo de Rafael Fernandes.

Conforme diz Levine: “*(...) o Partido Popular ganhou dividendos com a alegação de que Mário Câmara transformara o Estado num ‘paraíso para os comunistas’. Qualquer pessoa que pregasse a reforma era tachada de comunista.*”¹⁸⁰ Assim, prossegue Levine, “*Indivíduos sem qualquer participação na revolta, mas tidos por perigosos pelo governo estadual também sofreram perseguição.*”¹⁸¹

A respeito da repressão, o porta-voz da Igreja Católica em Natal, *A Ordem*, defende medidas duras contra os envolvidos nos acontecimentos de novembro de 1935.

Em editorial do dia 3 de dezembro, *A Ordem* deixou claro a posição da Igreja, dizendo:

*“Sem confundir sentimento cristão com sentimentalismo, nós somos os primeiros a concordar que a punição dos verdadeiros culpados do movimento comunista que infelicitou nossa terra deve ser exemplar e severa.”*¹⁸²

177 LEVINE, *op. cit.*, p. 167.

178 VIANNA, *op. cit.*, p. 202.

179 *Idem*, *op. cit.*, p. 203.

180 LEVINE, *op. cit.*, pp. 163-4.

181 *Idem*, *op. cit.*, p. 168.

182 A ORDEM, 3/12/1935

Nesta mesma edição, entretanto, o jornal reconhece a ocorrência de perseguições e injustiças praticadas pela repressão; comentando as “numerosas prisões dos implicados no golpe comunista”, tanto na capital quanto no interior, *A Ordem* afirma:

“Algumas dessas prisões não tem sido bem inspiradas, pois se dirigem a adversários políticos que nenhuma participação tiveram no movimento. A policia deve agir com energia contra os implicados na intentona (sic), mas não deve consentir em desabafos meramente partidários”.¹⁸³

O próprio chefe de policia, João Medeiros Filho, admite que houve abusos na repressão, afirmando: *“Reconheço que houve injustiça nas primeiras providências tomadas para a captura dos rebeldes. De cambulhada com os verdadeiros culpados, enceram-se as prisões de pessoas inocentes”*.¹⁸⁴

Além disso, muitos rebeldes presos sofreriam todo tipo de torturas e abusos por parte das autoridades. Como afirma Homero Costa, *“Houve casos de presos que, mesmo depois de terem cumprido a pena (...), tiveram sua saída protelada por vários meses.”*¹⁸⁵

Sobre a suposta adesão de “cafeístas” e “camaristas” ao levante, afirma Homero Costa que *“A leitura dos autos dos processos não autoriza afirmações definitivas. Não há, na realidade, indícios nesse sentido e sequer referências a Mário Câmara nas centenas de depoimentos dos indiciados (...)”*¹⁸⁶

183 A ORDEM, 3/12/1935

184 MEDEIROS, *82 horas de subversão*, p. 24.

185 COSTA, *op. cit.*, p. 155.

186 *Idem, op. cit.*, p. 130.

CONCLUSÕES

*“O levante em Natal foi uma revolta de cabos e sargentos, operários, funcionários públicos. A maioria nada sabia de comunismo. Nem mesmo os dirigentes do movimento, os poucos declaradamente comunistas, tinham formação marxista. Eram revoltados, simplesmente. (...) O grosso dos adesistas julgava tratar-se de um movimento para repor o interventor Mário Câmara”.*¹⁸⁷

Em que pese a sentença clássica do historiador Hélio Silva, o papel dos comunistas no levante de Natal foi decisivo. De fato, foi o PCB a principal força por trás do movimento, embora este tenha sido realizado em nome da ANL.

Homero Costa, em seu livro várias vezes citado neste trabalho, afirma que *“O levante não teve nada a ver com a ANL”*, apresentando como argumento o fato de que *“o próprio presidente da ANL, sr. Fontes Galvão, não foi sequer indiciado nos rigorosos processos instaurados no Rio Grande do Norte.”*¹⁸⁸

De fato, por tudo que vimos somos levados a crer que a revolta foi mesmo do PC, algo reforçado pela constatação de que *“As células da ANL operativas depois de julho eram simplesmente células do Partido Comunista operando em nome da ANL.”*¹⁸⁹

Uma questão persiste, porém: se a revolta foi do PC, e não da ANL, porque então os comunistas insistiram por tantos anos na versão de que o movimento não teve caráter comunista, e sim “nacional-libertador”, “antifascista”, a ponto de a maior parte da bibliografia sobre o tema endossar a tese de que o levante foi da ANL?

A resposta é simples: na verdade, o caráter nacional-libertador da insurreição e o próprio fato de que os comunistas a fizeram em nome da ANL não excluem que foi o PCB a

187 SILVA, Hélio. 1935: *a Revolta Vermelha*. p. 280.

188 COSTA, *op. cit.*, p. 143.

189 LEVINE, *op. cit.*, p. 160.

principal força por trás dos acontecimentos. Na realidade, o objetivo nacional-libertador não estava em contradição com a política do PCB e da IC mas, ao contrário, era perfeitamente coerente e condizente com a linha política de frentes populares.

Orgânica e ideologicamente, o levante de 1935 inscreveu-se totalmente dentro da política do PCB e da IC.

Nesse ponto específico, percebe-se uma polarização entre os historiadores que enfatizam a ligação do levante com o PCB e a IC e os que consideram tal vinculação como secundária ou não determinante, realçando o caráter nacional e os fatores locais que engendraram a revolta. A esse respeito, Dario Canale observa que

*“Mesmo na historiografia ligada ao PCB, nota-se uma certa polarização: enquanto L. C. Prestes foi secretário-geral [do PCB], a tendência predominante era a de não analisar o papel da Comintern no movimento de 1935; após maio de 1980, passou-se ao extremo oposto, atribuindo à IC a responsabilidade principal desses acontecimentos.”*¹⁹⁰

Popularizou-se, após a revolta, a tese de infiltração policial, reforçada pelo intenso uso político da insurreição pelo governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de aplainar o terreno para o golpe de estado de 10 de novembro de 1937.¹⁹¹ Tal teoria é contestada por vários estudiosos, como Homero Costa, que afirma taxativamente que *“não há qualquer referência à infiltração policial ou telegrama falso.”*¹⁹²

Resta a segunda alternativa: precipitação dos militares do 21º BC, seguida de adesismo do PCB. Esta parece a mais provável. Como salienta Marly Vianna, *“a direção nacional [do PCB] estava contra o desencadeamento de um movimento armado isolado.”*¹⁹³

190 CANALE et al, *op. cit.*, p. 96. Um exemplo desta Segunda tendência é o livro de William Waack, *Camaradas*.

191 BASBAUM, L. *História Sincera da República*. v. 3, p. 80-2.

192 COSTA, *op. cit.*, p.129.

193 VIANNA, *op. cit.*, p. 187.

José Praxedes, ao se referir a este episódio, responsabiliza Giocondo Dias pela precipitação do levante.¹⁹⁴ Homero Costa acha pouco provável, porém, que Dias tenha sido o maior responsável, pois ele, *“Embora tenha participado ativamente do levante, com ascendência sobre os demais, havia entrado há pouco no partido e ao que tudo indica não participou da reunião em que se decidiu pelo levante”*.¹⁹⁵ Não podemos olvidar também que tais acusações se inserem no contexto da disputa entre PCB e PCdoB (em 1980, Giocondo Dias tornou-se secretário-geral do PCB, em substituição a Luís Carlos Prestes).

Certamente, a precipitação dos sargentos e cabos do 21º BC, por si só, não é suficiente para explicar a revolta. Pensar o contrário seria o mesmo que dizer que o movimento não se diferenciava em nada das demais revoltas tenentistas.

O fato é que, à precipitação dos militares do 21º BC, que deflagraram a revolta, seguiu-se a adesão do PCB. Nesse sentido, o PCB assumiu uma postura nitidamente caudatária. Um depoimento esclarecedor é o de Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, que participou do movimento no Rio de Janeiro:

*“Segundo depoimento de vários participantes do levante de Natal, os líderes militares, em novembro de 1935 estavam dispostos a ir à luta com ou sem a participação do PC. Em face dessa alternativa, poderíamos indagar: era possível ter evitado o levante de Natal? Talvez sim. Pelo menos o Partido deveria ter feito todo o possível para adiá-lo. A partir do momento que não conseguíssemos impedir ou adiar o levante, seria justo cruzarmos os braços, negar o nosso apoio e participação? Isto seria indigno de um partido revolucionário e resultaria na sua total desmoralização perante as massas.”*¹⁹⁶

Esta atitude de “não se deixar desmoralizar” permearia e por fim justificaria a participação do PCB na insurreição, demonstrando sua fraqueza orgânica e ideológica.

194 OLIVEIRA, op. cit., p. 56.

195 COSTA, op. cit., p. 143.

196 FERREIRA, Brasília Carlos (org.). *Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu): memórias de um militante*. p. 64.

Como ilustra o personagem de um militante comunista potiguar no romance *Seara Vermelha*, de Jorge Amado: “*Mesmo que a gente queira, não pode impedir que eles se levantem. E se a gente não apóia, a gente se desmoraliza*”.¹⁹⁷

Como sempre ocorre após uma rebelião fracassada, o movimento de 1935 acabou fortalecendo os setores no poder. Afirma Robert Levine: “*(...) os adversários do Partido Popular disseram á boca pequena que Rafael Fernandes viu a revolta com bons olhos logo que ela se revelou inoperante: o partido sabia que sua vitória eleitoral seria ténue, e tinha por iminente a temida intervenção federal. (...) Ao fim, a rebelião salvou o Partido Popular, cuja fortuna era até aquela altura incerta.*”¹⁹⁸

O fato de que um grupo de civis, organizados e dirigidos pelo PCB, invadiu o quartel do 21º BC logo após deflagrada a insurreição constitui, segundo Homero Costa, uma evidência de que o levante, longe de ter sido espontâneo foi, na verdade, planejado.

Ao contestar a afirmação da historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna de que a rebelião foi “espontânea e descompromissada do PCB e da ANL”, diz Homero Costa: “*(...) se [o levante] foi tão espontâneo e sem planejamento, por que então os comunistas, com João Francisco Gregório e Epifânio Guilhermino à frente de vários civis, invadem o quartel logo após o início do levante?*”¹⁹⁹

O aventureirismo dos rebeldes é um dos aspectos que mais chamaram a atenção de muitos autores, historiadores ou não, que se têm debruçado sobre os acontecimentos de novembro de 1935. Em sua obra póstuma *Memórias do Cárcere*, o escritor comunista Graciliano Ramos, insuspeito quanto às suas posições políticas, se refere de forma nada positiva aos insurretos de Natal: “*(...) a sedição não representava de fato nenhum perigo. Vencida a força pública facilmente, conquistado o poder precário, os rebeldes se haviam julgado seguros: divertiam-se fazendo a tiros desenhos nas fachadas, queriam voar em aeroplanos, entregavam negócios públicos a meninos. Ao primeiro ataque rijo – fuga precipitada, rendição*”.²⁰⁰

197 AMADO, Jorge. *Seara Vermelha*. 46ª ed., p. 293, apud CANALE et al, *op cit.*, p. 82.

198 LEVINE, *op. cit.*, p. 171.

199 COSTA, *op. cit.*, p. 136.

200 RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*, 14ª ed., v. 1, pp. 146-7.

Com relação ao caráter da participação popular no levante, talvez a análise mais lúcida seja a de Marly Vianna, em seu trabalho já citado:

Certamente esse povo gostaria de ter terra, trabalho e liberdade. Mas isso era expresso no desejo de ver os ricos despojados, de deixar de ser operário para ser patrão, de receber favores dos poderosos. (...) Podiam sair às ruas entusiasmados, quebrando, saqueando, dando vivas a uns e pedindo a morte de outros, festejando a liberdade de fazer de conta que eram livres. (...) Sem um tiro, ao simples anúncio da chegada próxima de tropas legais, esse povo reconheceu-se mais uma vez no que considerava o seu papel na sociedade: submeter-se às autoridades, professar a ordem (e o anticomunismo) e continuar esperando que os políticos locais lhe concedessem dias melhores.”²⁰¹

201 VIANNA, *op. cit.*, p. 215.

ANEXO 1

CRONOLOGIA, 1933-1935

1933

- 16 / 01 – Fundado o jornal *A Razão*, dirigido por Dinarte Mariz, como órgão do Partido Popular (PP) no Rio Grande do Norte.
- 30 / 01 – Tomada do poder pelo Partido Nazista de Adolf Hitler na Alemanha, possibilitada pela falta de união entre os comunistas e os social-democratas alemães.
- 12 / 03 – Assembléia de fundação do Partido Popular (PP), tendo à frente José Augusto Bezerra de Medeiros. Seus fundadores e dirigentes representam os interesses da oligarquia estadual derrotada em 1930.
- 04 / 04 – Fundação do Partido Social Nacionalista do Rio Grande do Norte (PSN), chefiado por Café Filho.
- 03 / 05 – Eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Vitória no Rio Grande do Norte do Partido Popular, que elege três dos quatro representantes do estado e a maioria da bancada estadual.
– O PCB participa das eleições, elegendo um deputado, o estivador Álvaro Ventura.
- 06 / 06 – O interventor do RN, Bertino Dutra, entrega o cargo ao tenente Sérgio Bezerra Marinho.
- 14 / 07 – Fundação da seção do Rio Grande do Norte da Ação Integralista Brasileira (AIB), criada por Plínio Salgado em 7/10/1932. São seus fundadores e dirigentes no RN: Francisco Veras Bezerra, Luís da Câmara Cascudo, Miguel Seabra Fagundes e Otto de Brito Guerra.
- 02 / 08 – Nomeação de Mário Câmara para substituir Bertino Dutra como interventor federal no Rio Grande do Norte. Após um conturbado período de interventorias tenentistas, sua escolha por Getúlio Vargas fazia parte da estratégia de aproximação com o setor da oligarquia estadual derrotada em 1930, representada no RN pelo grupo de José Augusto de Medeiros e pelo Partido Popular.
- 12 / 08 – Em editorial, *A Razão* recomenda que se facilite a Mário Câmara o desempenho de suas tarefas.
- Agosto – Visita do líder integralista Plínio Salgado a Natal.
- 12 / 09 – Visita e comício de Getúlio Vargas em Natal, em campanha pela sua eleição indireta para a Presidência da República.
- 15 / 11 – Instalação solene da Assembléia Nacional Constituinte no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro.
- 28 / 11 a 12 / 12 – XIII Pleno da Comissão Executiva da Internacional Comunista (CEIC) em Moscou inicia uma revisão da linha sectária e ultra-esquerdista da *Komintern*. Luís Carlos Prestes, que se encontra em Moscou desde 1931, é admitido nas sessões.

1934

- 11 / 01 – Visita do chefe integralista Gustavo Barroso a Natal.
- 12 / 01 – Assembléia deliberativa do Partido Popular para constituir a primeira Comissão Executiva por três anos. Eleito, como presidente de honra, José Augusto de Medeiros. Em seu discurso, ele faz duras críticas ao interventor Mário Câmara.
- Fins de janeiro – Fracassam as tentativas de acordo entre Mário Câmara e o Partido Popular visando às eleições de 14/10/1934.
- 16 a 17 / 02 – Uma comissão de oficiais do 21º BC, partidários do PP, sugerem a renúncia do interventor Mário Câmara.
- 29 / 04 – Greve dos padeiros em Natal, dura aproximadamente uma semana.
- 03 / 05 – Assassinado em Apodi (RN) o chefe local do Partido Popular, Francisco Pinto. O PP acusa Mário Câmara de conivência com o crime, supostamente cometido a mando do prefeito da cidade, aliado do interventor.
- 08 / 06 – L. C. Prestes é admitido como membro da Comissão Executiva da Internacional Comunista (CEIC) em Moscou.
- 26 / 06 – Fundação, por Mário Câmara, do Partido Social-Democrático (PSD).
- 8 a 18 / 07 – “Primeira” Conferência Nacional do PCB, oficialmente em Minas Gerais, de fato nos arredores de Niterói. Expulsão, autocrítica e readmissão de Heitor Ferreira Lima, Corifeu de Azevedo Marques e Mário Grazzini. Antônio Maciel Bonfim (“Miranda”) é eleito para o cargo de secretário-geral. É escolhida a delegação para o VII Congresso da IC, da qual fazem parte A. M. Bonfim, Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”), José Caetano Machado e Fernando Lacerda. Intensifica-se a aproximação do PCB com L. C. Prestes.
- 14 / 07 – Fundação do jornal católico *A Ordem*, que será também órgão da Ação Integralista no RN.
- 16 / 07 – Promulgada a nova Constituição Federal.
- 17 / 07 – Eleição indireta de Getúlio Dorneles Vargas presidente constitucional da República.
- 20 / 07 – Posse de Getúlio Vargas como presidente constitucional.
- Julho – Greve dos operários da estrada de ferro em Mossoró, que reivindicam aumento salarial de 100 %. Segue-se a adesão de outras categorias, como os salineiros de Mossoró e Macau.
- 13 / 08 – Em comício na cidade de Parelhas (RN), tiroteio entre membros de uma caravana do Partido Popular e partidários de Mário Câmara resulta em um morto e dois feridos.
- 30 / 08 – J. A. Medeiros envia ao TSE denúncia de arbitrariedades cometidas pelo interventor no RN, Mário Câmara.
- Agosto – Ainda em Moscou, L.C. Prestes ingressa no PCB, por imposição da IC.
- 07 / 09 – Congresso do PSN indica Café Filho presidente do partido e candidato à Câmara Federal. Início das conversações que resultarão na aliança entre Café Filho e Mário Câmara, visando à uma composição para as eleições de 14/10/1934. Resulta deste acordo entre PSN e PSD a formação da Aliança Social.
- 12 / 09 – Acórdão do TSE reconhece a situação de intranquilidade e insegurança no RN e



- solicita ao governo providências no sentido de garantir as eleições.
- 23 / 09 – Conferência do PP em Natal indica Rafael Fernandes como candidato a governador do RN, juntamente com as candidaturas a deputados federais e estaduais.
- começo de outubro – José Augusto Medeiros envia documento ao Superior Tribunal Eleitoral (STE) relatando a situação no Rio Grande do Norte e solicitando o envio de tropas federais para garantir as eleições.
- 07 / 10 – “Batalha da Praça da Sé”: graças à unidade de ação, as forças antifascistas dissolvem uma manifestação integralista em São Paulo, com cinco mortos.
- 08 / 10 – O STE rejeita o pedido de intervenção de tropas federais no Rio Grande do Norte e coloca a força pública estadual à disposição dos juizes das zonas eleitorais e concede grande número de *habeas corpus* impetrados por candidatos do Partido Popular, que alegavam sofrer coações da Aliança Social.
- 12 / 10 – O TRE requisita a polícia estadual do RN para garantir a ordem nas eleições.
- 14 / 10 – Realizadas as eleições diretas para a Assembléia Legislativa e para a Câmara Federal no Rio Grande do Norte, em meio a denúncias de violências e desmandos de ambas as partes.
- Outubro – III Conferência dos Partidos Comunistas latino-americanos em Moscou representa um salto em direção à política de frente de massas.
- 25 / 11 – Divulgado o resultado inicial das eleições legislativas de 14/10 no Rio Grande do Norte, dando a vitória ao Partido Popular. A Aliança Social solicita e consegue do STE a impugnação de várias urnas no interior do estado. São marcadas eleições suplementares para os dias 3 e 28 de fevereiro de 1935 em 23 municípios.
- 29 / 11 – Empastelamento do jornal *A Razão*, executado pessoalmente pelo “coronel” Benedito Saldanha.
- 30 / 11 – Posse do major Josué Freire no comando do 21º Batalhão de Caçadores em Natal. Tentativa dos praças do 21º BC de depredar a sede de *O Jornal*, de Café Filho.

1935

- Janeiro – O PCB propõe a formação de uma ampla aliança pela libertação nacional, incluindo os operários, camponeses, intelectuais e a pequena burguesia, bem como setores da burguesia nacional que estivessem dispostos a apoiar a luta antiimperialista.
- 3 a 28 / 02 – Realizadas eleições suplementares em 23 municípios do RN.
- 12 a 19 / 02 – Greve dos operários da Companhia Força e Luz (Light) por um aumento salarial de 40 % paralisa os serviços de bondes, luz e telefone de Natal.
- 13 / 02 – Assassinato em Acari (RN) de Otávio Lamartine, filho do ex-governador do Rio Grande do Norte Juvenal Lamartine, por uma força policial comandada pelo tenente Oscar Mateus Rangel.
- Fevereiro – Lançamento do “Manifesto-Programa” da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cuja comissão organizadora é composta por Hercolino Cascardo e Roberto Sissón,

entre outros.

- 1º a 12 / 03 – Aprovação dos estatutos da ANL e eleição de seu Diretório Nacional Provisório.
- 06 / 03 – Chega ao Brasil o ex-deputado comunista alemão Arthur Ewert (Harry Berger) e sua esposa, Elise, enviados pela *Komintern* para estabelecer a ligação com o PCB. Os outros agentes da IC enviados ao Brasil foram: os casais Pavel e Olga Stuchevsky (Leon-Julles Valée e Alphonsine, belgas), Rodolpho e Carmem Ghioldi (argentinos), o norte-americano Victor Alan Baron e o alemão Franz Paul Gruber (Johan de Graaf, depois acusado de ser um espião da polícia secreta alemã, a *Gestapo*).
- 16 / 03 – Em carta ao Ministro da Guerra, General Góes Monteiro, Mário Câmara comunica que teve conhecimento de que “rebentaria um movimento geral” em 30/03, estando em Natal, como “elemento de ligação”, o capitão Otacílio Alves de Lima, do 29º BC de Recife (PE).
- 23 / 03 – Fundação da ANL, organização de combate ao fascismo.
- 30 / 03 – Lançamento oficial da ANL no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, com Hercolino Cascardo como presidente e L.C. Prestes aclamado presidente de honra.
- Março – Incidente do carnaval: conflito entre soldados do 21º BC e guardas civis termina em seis mortos na Ribeira, em Natal.
- 02 / 04 – O Tribunal Regional Eleitoral divulga o resultado das eleições legislativas de 14/10/1934, dando a vitória à Aliança Social, que elege 15 deputados, contra 10 do Partido Popular.
- 04 / 04 – Decretada a Lei de Segurança Nacional (LSN), conhecida como “Lei Monstro”.
- 11 / 04 – Chegada ao Brasil de L. C. Prestes e de sua companheira, a militante comunista alemã Olga Benario, provenientes de Moscou, sob identidades falsas.
- 20 / 04 – Telegramas vindos do Rio de Janeiro e publicados no jornal *A Razão* adiantam que o parecer final do STE daria a vitória ao Partido Popular.
- 25 / 04 – Em reunião da ANL no Rio de Janeiro, é lida carta de L. C. Prestes, enviada de Barcelona (Espanha) para despistar a polícia, na qual este adere à ANL.
- Abril – I Conferência do PCB-RN. É eleita a direção do PCB no estado, formada por José Praxedes, Lauro Lago, Francisco Moreira e Raimundo Reginaldo. Criação da União Feminina Brasileira no estado e do núcleo estadual da ANL.
- 1º / 05 – Fundação da Confederação Sindical Unificada do Brasil (CSUB).
– O Ministro da Guerra, Góes Monteiro, requer sua exoneração do cargo em virtude do protelamento do pagamento dos vencimentos dos militares. Assume o cargo o General João Gomes.
- 13 / 05 – Comício da ANL reúne 6 mil pessoas no Rio de Janeiro.
- 09 / 06 – Comício da ANL em Petrópolis (RJ) degenera em combate sangrento provocado pela Ação Integralista Brasileira. Morte do operário aliancista Leonardo Candu.
- Junho – Passagem de uma caravana da ANL por Natal e Mossoró, com Roberto Sissón e João Cabanas à frente.
- 05 / 07 – Discurso de L.C. Prestes prega a derrubada violenta do governo e finaliza com a palavra de ordem de “Todo poder à ANL!”.

- 11 / 07 – Pelo Decreto N° 229, o Governo fecha a ANL.
- 13 / 07 – É lacrada a sede da ANL, pela Polícia do Distrito Federal.
- Julho – Ações de bandos armados em Açu, Angicos, Santana dos Matos e Macau (RN).
Um contingente policial, comandado pelo tenente da PM Severino Campelo, é enviado à região. Na primeira investida, são presos mais de 20 guerrilheiros, tendo os demais se dispersado. Libertado o fazendeiro Jorge Barreto, que fora feito refém pelos guerrilheiros. Prisão do líder da guerrilha, Manuel Torquato, em Mossoró. Este foge logo depois e, juntamente com Miguel Moreira, lidera a guerrilha de cerca de 2 mil homens no Vale do Açu até o começo de 1936, quando os guerrilheiros se dispersam.
– Mário Câmara vai ao Rio de Janeiro. Assume interinamente a interventoria do estado o Secretário de Fazenda, José Lagreca.
- 26 / 07 a 20 / 08 – VII Congresso da IC em Moscou marca a adoção definitiva da política de “frentes populares”.
- 02 / 08 – Discurso do representante comunista búlgaro Georgi Dimitrov no VII Congresso da IC defende a criação de frentes populares contra o fascismo.
- Agosto – Visita a Natal do capitão Silo Meirelles, do 29° BC, que se reúne com a direção local do PCB.
- Setembro – Em entrevista à imprensa na Bahia durante viagem para o Rio de Janeiro, o comandante do 21° BC de Natal, major Josué Freire, reafirma as acusações contra o interventor Mário Câmara sobre os incidentes do carnaval. Café Filho discursa na Câmara Federal chamando a atenção para a proibição legal de pronunciamentos políticos por parte de militares. Pouco depois o comandante do 21° BC é afastado. Assume o posto o capitão Liberato Barroso, do 25° BC do Ceará.
- 07 / 10 – Aparentado à casa do chefe integralista de Ceará-Mirim, José Macedônio, de autoria desconhecida.
- 7 a 8 / 10 – Solenidade comemorativa ao terceiro ano de fundação da AIB, realizada na sede natalense da organização; no final do ato, oito integralistas são atacados e agredidos, quase certamente por militantes antifascistas.
- 11 / 10 – Invasão e depredação da sede da AIB em Natal pelos comunistas.
- 16 / 10 – O STE proclama, por unanimidade, a vitória do Partido Popular nas eleições de 14/10/1934 no RN, com 14 deputados eleitos contra 11 da Aliança Social.
– Conflito entre uma caravana de integralistas e antiintegralistas, evitado a muito custo pelo fazendeiro Vital Correia em Ceará-Mirim (RN). Na volta de trem para Natal, por volta das 17:00 h, os integralistas são avisados que os trilhos haviam sido arrancados com o fim de provocar um descarrilhamento do trem que os transportava.
- 19 / 10 – Instalação da Assembléia Constituinte Estadual do Rio Grande do Norte.
- 25 / 10 – Chegada a Natal do General Manoel Rabello, comandante da 7ª Região Militar, para acompanhar pessoalmente a votação indireta para governador.
- 27 / 10 – Mário Câmara entrega o cargo de interventor ao capitão Liberato Barroso, comandante do 21° BC.
- 29 / 10 – Embarque de Mário Câmara para o Rio de Janeiro. Conflitos entre partidários do

- interventor e do Partido Popular resultam em dois mortos (no Café Cova da Onça, na rua Tavares de Lira) e vários feridos.
- 12:00 h: Eleição indireta de Rafael Fernandes para o governo do RN, por 14 votos a 11, derrotando o candidato da Aliança Social, desembargador Elviro Carrilho.
- 30 / 10 – Revolta de Baltasar Meirelles, amigo e partidário de Mário Câmara, em Apodi (RN), à frente de 300 homens armados, que invadem vários municípios do Oeste do RN. Os bandoleiros são dispersados com a ajuda de forças da Paraíba e do Ceará.
- 04 / 11 – O tenente-coronel José Otaviano Pinto Soares assume o comando do 1º BC em Natal.
- 07 / 11 – Saída das tropas do exército de outros estados do RN, para onde haviam sido deslocadas a fim de garantir as eleições.
- 7 a 13 / 11 – Greve dos ferroviários da Great Western, com ramificações no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.
- 18 / 11 – Assalto a bondes de passageiros em Natal, por soldados do 21º BC fardados e mascarados.
- 19 / 11 – Atentado contra o tenente Santana, do 21º BC.
- 20 / 11 – Decreto N° 19 do governador Rafael Fernandes extingue a Guarda Civil e cria a inspetoria de polícia do Rio Grande do Norte.
- 23 / 11 – manhã: chega a notícia da punição aos militares do 21º BC envolvidos em atos de indisciplina.
- 14:00 h: O Comitê Regional do PCB-RN, reunido desde a manhã, recebe a informação de que os soldados do 21º BC, sob o comando do sargento Quintino Clementino de Barros e do cabo Giocondo Alves Dias, estavam prestes a deflagrar uma revolta contra o governo (Posteriormente J. Praxedes acusará G. Dias de precipitação).
 - 19:30 h: Revolta do 21º BC em Natal: tomada do quartel pelos rebeldes e fuga do governador e de seu secretariado. Os insurretos se apoderam da cidade.
- 24 / 11 – 08:00 h: Revolta do 29º BC e do quartel da 7ª RM em Recife (PE), liderada pelos tenentes Silo Meirelles e Lamartine Coutinho e pelo sargento Gregório Bezerra, sufocada após sangrentos combates.
- 14:00 h: Tomada, após 19 h de combate, do quartel da PM em Natal. Instalação do Comitê Popular Revolucionário.
- 25 / 11 – Derrota dos revolucionários na Serra do Doutor (RN).
- O governo Vargas decreta o estado de sítio em todo o país.
- 25 a 26 / 11 – Saques no comércio de Natal. Tomada pelos insurretos de vários municípios do interior do RN.
- 27 / 11 – Derrota e fuga dos revolucionários de Natal.
- Tropas do 22º BC de João Pessoa e do 25º BC de Fortaleza entram em Natal.
 - Movimento revolucionário no Rio de Janeiro: revolta do 3º RI, liderada pelo capitão Agildo Barata, e da Escola de Aviação Militar, logo sufocadas pelas tropas do governo.

ANEXO 2



Giocondo Dias, um dos líderes da revolta no 21º BC (Arquivo Público do RN)



Membros da Junta Revolucionária de Natal: Lauro Cortez Lago, João batista Galvão e José Macedo (arquivo Hélio Silva)

SUB A ALIBERDA NACIONAL NA LIBERDADE Dejeuda fascismo!

Opiniões de 2.000.000.000 de brasileiros

... a liberdade de expressão é uma das condições essenciais para a existência de uma sociedade democrática. Sem ela, não há possibilidade de controle popular sobre o poder. É por isso que a luta pela liberdade de imprensa é uma luta pela liberdade política.

... a liberdade de expressão é uma das condições essenciais para a existência de uma sociedade democrática. Sem ela, não há possibilidade de controle popular sobre o poder. É por isso que a luta pela liberdade de imprensa é uma luta pela liberdade política.

... a liberdade de expressão é uma das condições essenciais para a existência de uma sociedade democrática. Sem ela, não há possibilidade de controle popular sobre o poder. É por isso que a luta pela liberdade de imprensa é uma luta pela liberdade política.

... a liberdade de expressão é uma das condições essenciais para a existência de uma sociedade democrática. Sem ela, não há possibilidade de controle popular sobre o poder. É por isso que a luta pela liberdade de imprensa é uma luta pela liberdade política.

NOTICIA de ultimato, sua honra, com o Estado no ar, a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão são essenciais para a existência de uma sociedade democrática. Sem elas, não há possibilidade de controle popular sobre o poder. É por isso que a luta pela liberdade de imprensa é uma luta pela liberdade política.

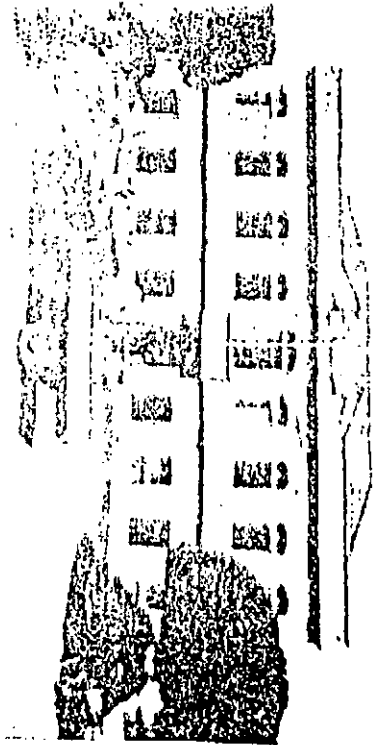
Viva a Revolução Popular Brasileira!



INTERVENTOR MARIO CALVE

Primeira página do
Jornal *A Liberdade*

O quartel da PM depois do ataque dos rebeldes



A Liberdade

ANO I

1961

ORIGEM: CENSO DO GOVERNO POPULAR REVOLUCIONÁRIO

Boavista de Vila - Vila Gertrudes, 11 - Avenida da Lib

Enfim, país atoreo, invasional das opressoras de tenam, para eslabano, ato decidida e unanime do povo legitimamente representado por si e todos, matriculos, qpe voo e comprometido, integridade por si e sua da Liberdade, sobrada por tenas marxytas, socializacao e cooperativismo no figurar legendaria, imbricada, em seu tempo e em condicao livreca, mas nos humidos - de LUIZ CARLOS PRISTE, o "Ovacionis" da "oponencia".

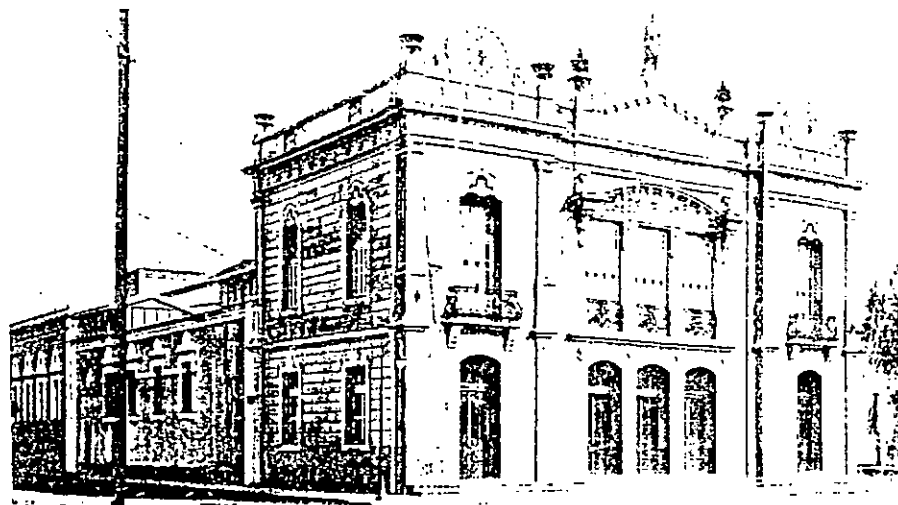




O governador Raphael Fernandes e seus auxiliares de administração



Exilados no Consulado do Chile: drs. Gentil Ferreira, Paulo Viveiro, Edgar Barbosa e monsenhor João da Matta, ao lado dos chilenos Carl Lamas e Amador Lamas com suas respectivas famílias.



Theatro Carlos Gomes, hoje Teatro Alberto Maranhão, Natal.
Aí realizavam-se algumas solenidades políticas.



Avenida Tavares de Lyra – Natal (Arquivo de fotos do *Diário de Natal*)

FONTES

LOCAIS DE PESQUISA:

- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- Biblioteca Central Zila Mamede - UFRN
- Arquivos Particulares ?

JORNAIS PESQUISADOS

A REPÚBLICA - novembro - dezembro / 1935 ?

A ORDEM - novembro - dezembro / 1935 ✓

A Liberdade ?

BIBLIOGRAFIA

(Alguns títulos são de fato citações)

- ALEXANDER, Robert J. "O Movimento Tenentista". In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os Militares e a Revolução de 30**. Tradução de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 61-78.
- _____. "Os Tenentes depois da Revolução de 30". In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os Militares e a Revolução de 30**. Tradução de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. pp. 163-188.
- AMADO, Jorge. **O Cavaleiro da Esperança: vida de Luís Carlos Prestes**. 28ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1982.
- _____. **Os Subterrâneos da Liberdade: os ásperos tempos**. 31ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1980.
- _____. **Os Subterrâneos da Liberdade: agonia da noite**. São Paulo: Martins, s.d..
- _____. **Os Subterrâneos da Liberdade: a luz no túnel**. São Paulo: Martins, s.d.
- _____. **Seara Vermelha**. 46ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1987.
- ARAGÃO, José Campos de. **A Intentona Comunista de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, s.d.
- ARRUDA, Câmara Alfredo. **Contra o Comunismo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- BACKHEUSER, Everardo. **A Sedução do Comunismo**. Rio de Janeiro: Edição Centro Vital, 1933.
- BAEZ-CAMARGO, Gonzalo. **A Verdade e os Erros do Marxismo**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, 1936.
- BARATA, Agildo. **A Vida de um Revolucionário: memórias**. 2ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BARBOSA, Edgar. **História de uma Campanha**. Natal: Imprensa Oficial, 1936.
- BARROSO, Gustavo. **Comunismo, Cristianismo e Corporativismo**. Rio de Janeiro: Edições ABC, 1938.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República** (3º vol.: 1930-1960). 5ª ed., São



- Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- _____. **Uma Vida em Seis Tempos** (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BASTOS, Abguar. **Prestes e a Revolução Social**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **História da Política Revolucionária no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1969.
2 v.
- BELLO, José Maria. **História da República: 1889-1954**. 5ª ed., São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1964.
- BELOCH, Israel, ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC/Forense-Universitária, 1985.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias** (1ª parte: 1900-1946). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BOBBIO, Norberto et al (org.) **Dicionário de Política**. 10ª ed., Brasília: EdUnb, 1997. 2 v.
- BOTTOMORE, Tom (org.) **Dicionário do Pensamento Marxista**. São Paulo: Zahar Editora, 1988.
- BRANDÃO, Octavio. **Combates e Batalhas** (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978. V. 1.
- BUBER-NEUMANN, Margarete. **La Revolución Mundial - L'Histoire du Komintern (1919-1943), racontée par l'un de ses principaux témoins**. Paris: Casterman, 1971.
- CAFÉ Fº, João. **Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966. 2 v.
- CANALE, Dario; VIANA, Francisco; TAVARES, José Nilo (orgs.). **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARNEIRO, Glauco. **História das Revoluções Brasileiras**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1989.
- CARONE, Edgard. **Revoluções do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Difel, 1975.
- _____. **A República Nova (1930-1937)**. 3ª ed., São Paulo: Difel, 1982.

- _____. **O PCB** (Vol. 1: 1922-1943). São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, Ferdinando de. **De Comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.
V. 1.
- _____. **Lembra-vos de 1935**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.
- CARVALHO, Souza. **Evolução do Comunismo no Brasil**. Rio de Janeiro: DNP, 1938.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2ª ed. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.
- _____. **História do Rio Grande do Norte**. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1984.
- _____. **História da República no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. do Val,
1965.
- CASTRO, Orlando Ribeiro de. **E as Ordens Vieram de Moscou**. Rio de Janeiro: Editora
A Noite, 1949.
- CAVALCANTI, Paulo. **O Caso eu Conto Como o Caso Foi: da Coluna Prestes à queda
de Arraes**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- CHAVES NETO, Elias. **Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo**. São Paulo: Alfa-Omega,
1978.
- CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-
1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CORTEZ, Luiz Gonzaga. **Pequena História do Integralismo no Rio Grande do Norte**.
Natal: Clima / Fundação José Augusto, 1986.
- COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro
ato da tragédia**. São Paulo: Ed. Ensaio; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1995.
- D'AGUIAR, Hernani. **A Guerra Revolucionária Comunista**. Recife: Imprensa
Universitária, 1964.
- DECTER, Mosher. **Cartilha do Comunismo**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- DEMITROFF, George. **A Luta pela Unidade da Classe Operária contra o Fascismo**.
Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1946.
- DIAS, Everardo. **História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Edaglit, 1962.
- DIAS, Giocondo. **Os Objetivos dos Comunistas: artigos, entrevistas e um depoimento**

- político. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1983.
- DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- DULLES, John W. F. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- EM GUARDA (CONTRA O COMUNISMO). Rio de Janeiro: EME, 1937.
- FALCÃO, João. **Giocondo Dias, a Vida de um Revolucionário**. São Paulo: Agir, 1993.
- FALCÃO, Waldemar. **Contra o Comunismo Anti-Cristão**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1938.
- FAUSTO, Boris & HOLLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo 3: O Brasil Republicano. V. 3: Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981.
- FERREIRA, Brasília Carlos (org.) **Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu): memórias de um militante**. Natal: Edufrn, 1989. Coleção Humanas Letras.
- _____. **O Sindicato do Garrancho**. Dissertação de mestrado apresentada na PUC-SP, 1987.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.) **Os Militares e a Revolução de 30**. Tradução de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FURTADO, João Maria. **Vertentes (memórias)**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1976.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- HERNANDEZ, Leila M. G. **Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1985.
- HILTON, Stanley. **A Rebelião Vermelha**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HOBSBAWN, Eric J (ed.) **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, v. 9.
- _____. **A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- HOLLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- IANNI, Octavio. **A Grande Depressão Econômica Mundial de 1929 e o Brasil: 1929-1933**. São Paulo: 1969.
- JOFFILY, José. **Harry Berger**. São Paulo: Paz e Terra/UFPR, 1987.
- LAFAYETTI, Pedro. **Os Crimes do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Ed. Moderna, 1946.
- LAZITCH, Branko, DRACHKOVITCH, M. D. **Biographical Dictionary of the Comintern**. Stanford: The Hoover Institution Press, 1973.
- LÊNIN, Vladimir I.U. **Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo**. Tradução de Luiz Fernando. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 1989.
- _____. **A Falência da II Internacional**. Tradução de Armando Boito Júnior e Maria Luiza Gonçalves. São Paulo: Kairós, 1979. (Série materialismo histórico, 3.)
- LEVINE, Robert. **O Regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938**. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos Percorridos: memórias de militância**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LIMA, Mônica Adriana Cândido. **"A Liberdade": a imprensa revolucionária de 35**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social). Natal: CCHLA, UFRN, 1990.
- LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.
- LISSAGARAY, Prosper-Olivier. **História da Comuna de 1871**. Tradução de Sieni Maria Campos. 2ª ed., São Paulo: Editora Ensaio, 1991.
- MALTA, Otávio. **Os "Tenentes" na Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- MARIZ, Dinarte. **A Vida de um Revolucionário**. Brasília: Ed. Senado Federal, 1975.
- MARIZ, Marlene da Silva. **A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934**. Brasília: Senado Federal, 1984.
- MARTINS, Ivan Pedro. **A Flecha e o Alvo: o outro lado da Intentona**. Rio de Janeiro:

- Nova Fronteira, 1980.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. In MARX, K e ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. v. 1., pp. 199-285.
- MEDEIROS F °, João. **Meu Depoimento**: sobre a revolução comunista e outros assuntos. Natal: Imprensa Oficial, 1937.
- _____. **82 horas de Subversão** (intentona de 1935 no Rio Grande do Norte). Brasília: Ed. Senado Federal, 1980.
- MELO, Manuel Rodrigues de. **Várzea do Açú**: paisagens, tipos e costumes do Vale do Açú. Rio de Janeiro: Edições dos Cadernos, 1940.
- MENDES Jr., Antônio, MARANHÃO, Ricardo. **Era de Vargas**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MORAES, Denis & VIANA, Francisco. **Prestes, Lutas e Autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- MOTA, Carlos Guilherme (org. e introd.). **Brasil em Perspectiva**. 15ª ed., São Paulo: Difel, 1985.
- MURICY, Antônio Carlos da Silva. **A Guerra Revolucionária no Brasil e o Episódio de Novembro de 1935**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico, 1966.
- OLIVEIRA F °, Moacyr de. **Praxedes, um Operário no Poder: a Insurreição comunista de 1935 vista por dentro**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- PALHA, Américo. **Jornada Sangrenta**. Rio de Janeiro: s. e., 1936.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PEREIRA, Astrojildo. **Construindo o PCB (1922-1924)**. São Paulo: L.E. Ciências Humanas, 1980.
- _____. **Formação do PCB (1922-1928)**. Lisboa, Prelo Editora, 1976.
- PICHLA, Pedro del. **O PCB**. Petrópolis: Vozes, 1976.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão: a Revolução Mundial e o Brasil, 1922-1935**. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PORTO, Eurico Bellens. **A Insurreição de 27 de novembro**: relatório. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere**. 14ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1981. 2 v.
- REIS F °, Daniel Aarão et al. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- REIS, Dinarco. **A Luta de Classes no Brasil e o PCB**. São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1987.
- ROIO, Marcos Del. **A Classe Operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1986.
- ROSA, Virgínio Santa. **O Sentido do Tenentismo**. 3ª ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SALGADO, Plínio. **Doutrina e Tática Comunista**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956.
- SAMPAIO, Dória. **O Comunismo Caminha no Brasil**. São Paulo: s. e., 1933.
- SARMENTO, Antônio Natanel Martins. **Os Abalos de Sábado à Noite: do Governo Popular Revolucionário de Natal à Guerra do Largo da Paz em Recife – 1935**. Recife: Dissertação de Mestrado, UFPE, 1994.
- SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. 2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1982.
- SILVA, Antônio Ozai da. **História das Tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**. 2ª ed., São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s.d..
- SILVA, Hélio. **1935: a Revolta Vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969. (O Ciclo de Vargas, VIII.)
- SILVA, H., CARNEIRO, M.C., DRUMMOND, J.A. **A Ameaça Vermelha: o Plano Cohen**. Porto Alegre: L&PM, 1980.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964**. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à História do PCB**. São Paulo: Global

- Editora, 1984.
- _____. **A Intentona Comunista de 1935**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1986.
- _____. **A História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- _____. **Memórias de um Soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- SOLA, Lurdes. "O golpe de 37 e o Estado Novo". In MOTA, Carlos Guilherme (org. e introd.). **Brasil em Perspectiva**. 15ª ed., São Paulo: Difel, 1985. p. 256-282.
- SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Ed. Senado Federal, 1989.
- SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFRN, 1996.
- TOGLIATTI, Palmiro. **Sul il Movimento Operaio Internazionale**. Roma: Riuniti, s. d.
- TRINDADE, Hélgio. **Integralismo: fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel/UFGS, 1974.
- TROTSKY, L. D. **A Revolução Traída**. Tradução de M. Carvalho e J. Fernandes. Lisboa: Edições Antídoto, 1976.
- _____. **A Revolução Permanente**. Tradução de Oliveira Sá. São Paulo: L. E. Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Revolução e Contra-Revolução**. Trad. e Apres. de Mário Pedrosa. Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1968.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VINHAS, Moisés. **O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- WAACK, William. **Camaradas - nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Z Aidan F °, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)**. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. **Comunistas a céu aberto: 1922-1930**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989.